Braga e a mudança liberal – o início

JOSÉ DE SEPÚLVEDA MACEDO *

São conhecidos os antecedentes da implantação do liberalismo em Portugal. A fuga da família real para o Brasil na sequência das invasões francesas e a consequente abertura daquela colónia ao comércio internacional directo estão na base do descontentamento que provocou a alteração. Mas a derrota das forças absolutistas apenas se consumaria em 1834, quando o imperador do Brasil se pôs em campo para colocar no poder a filha, D. Maria da Glória, afastada da chefia do estado pelo tio D. Miguel.

A ausência de uma classe produtora, suficientemente forte para exigir transformações na agricultura capazes de permitir a produção de matérias-primas indispensáveis para o funcionamento da indústria, talvez tenha sido o principal problema. Terá sido o óbice que travou o avanço mais rápido do liberalismo.

Entre 1834 e 1851 o país viveu em quase permanente estado de guerra. Antes da Regeneração digladiavam-se duas forças liberais bem entrincheiradas nos respectivos interesses: os cartistas e os setembristas. Os primeiros desejavam que a modernização do país não pusesse em causa os interesses da burguesia comercial livre cambista. Conscientes dos reflexos negativos da sua política de abertura sobre o débil aparelho produtivo, os políticos desta tendência preconizavam a construção de vias de comunicação que conduzissem ao alargamento do mercado interno, espécie de panaceia que permitiria a superação do subdesenvolvimento. Os cartistas necessitavam também de impor limitações à democraticidade das instituições. Queriam eleições indi-

* Licenciado em História pela Universidade do Porto em 1978. Professor aposentado do Ensino Básico e Secundário. E-mail: *sepulvedamacedo@gmail.com*

rectas e para eles o censo eleitoral era a garantia de que as classes produtoras, de opção económica proteccionista, ficariam arredadas do poder político. Quanto aos Setembristas, eram uma força ligada aos interesses da incipiente burguesia produtora. Desejavam a diminuição do censo, único meio que lhes proporcionaria uma expressão eleitoral significativa.

Além das duas tendências liberais, ainda permaneciam no terreno os representantes da velha ordem absolutista, materializada na pessoa do príncipe D. Miguel. O clero era o seu principal sustentáculo. O clero sabia que a vitória dos liberais poderia ser portadora de enormes perigos capazes de conduzir à redução dramática da sua influência económica e cultural. E é este receio do clero que explica boa parte das razões que fizeram de Braga o principal centro da reacção absolutista. Assim o veremos nos episódios da Maria da Fonte e da Patuleia. Para a análise deste período utilizaremos como principal fonte de inspiração um manuscrito intitulado Memórias de Braga, cujo autor tinha sido nomeado arquitecto camarário numa das vereações do absolutismo. Chamava-se João Baptista Vieira Gomes e era mais conhecido pelo nome de Dr. Chasco.

APÓS A VITÓRIA DO LIBERALISMO

A implantação do liberalismo em Portugal não correspondeu a uma necessidade das classes produtoras. Em 1820 as contradições económicas e sociais não estavam suficientemente maduras para lançarem o terceiro estado num levantamento anti-feudal. Não havia uma indústria que criasse nos capitalistas a necessidade de se apoderarem da terra e nela produzirem matérias-primas que alimentassem o sector têxtil. Apenas a burguesia comercial, aflita com a abertura do Brasil ao comércio internacional directo, depois da fuga da família real para aquela colónia, carecia de mudar o estado de coisas vigente.

Se tivermos presente que foi deste atraso que nasceram boa parte das hesitações e receios do liberalismo português, não é difícil percebermos o porquê de a resistência absolutista acrescida acontecer precisamente em Braga. Cidade cujo desenvolvimento era incomparavelmente mais fraco do que o de Lisboa e Porto, possuindo uma ligação muito mais intensa com o imaginário religioso sempre desconfiado das mudanças, Braga foi desde o início uma terra onde se evidenciaram maiores resistências às transformações liberais.

Em Braga, o reconhecimento oficial da vitória liberal ocorreu no final de Abril de 1834. Nasceu uma Comissão Municipal interina que se manteve em funções até à criação de uma Câmara definitiva, de acordo com as normas legais. Sem participação popular, os vereadores fizeram no dia 30 de Abril a aclamação de D. Maria II, sendo levantados os vivas à mesma Augusta senhora, à Carta Constitucional e ao senhor Duque de Bragança, regente do reino, "que foram correspondidos com vivo "*intuziasmo".* Quem o diz é o *Livro de Actas da Câmara de 1834-37.* Ninguém se admire com a frequência dos erros ortográficos nas actas camarárias. Eles repetem-se, especialmente quando as reuniões são secretariadas por Manuel Joaquim da Silva Braga Manso. Todos os secretários dão erros ortográficos. Só que o Sr. Manso exagerava. Quem diria que a expressão *se-se* significaria cesse, precisamente o tempo verbal do verbo cessar? E os indivíduos, transformados em *indivi-du-os*? E os *entreces* em vez de interesses? E *alapes,* que nada tinha a ver com o verbo alapar e que significava a lápis! Este secretário, homem que arriscou a vida na defesa do Porto quando a cidade esteve cercada pelas forças miguelistas, viu o seu heroísmo premiado com a secretaria da Câmara, recebendo um pagamento anual de 400 mil reis, antes dos ajustamentos que o passaram para 290 mil. Isto, numa altura em que um professor primário, mesmo pertencendo à categoria mais alta, recebia muito menos de metade e um Administrador do Concelho apenas 160 mil.

A sua chegada à secretaria da Câmara esteve envolta em polémica. Mostra-nos como naqueles tempos conturbados as ameaças podiam resultar. Por vezes a luta contra a concorrência colocava frente a frente personagens pertencentes a facções políticas liberais adversárias ou a *seitas diferentes*, expressão usada pelos legitimistas para caracterizar os cartistas e os setembristas. Observemos esta delícia, presente no *Livro de Actas da Câmara Municipal de 1834-37*:

> "E mais se acordou que representando o vereador Félix Coelho de Araújo Ribeiro que no dia 11 do corrente mês (*Março de 1835*) fora ameaçado e atacado na sua própria casa com ameaças de morte por Manuel Joaquim da Silva Braga Manso, pretendente ao emprego de secretário desta Câmara que nesse dia não o tinha obtido na concorrência de outros pretendentes; e juntamente a representação do vereador José Diogo de Morais Ferraz que fora igualmente na noite do mesmo dia avisado por Joaquim José Antunes, que Gaspar Alves Martins, tio do ex-secretário António Alves Martins, demitido no mesmo dia lhe dissera, vai dizer a José Diogo de Morais Ferraz que aonde o encontrar lhe hei-de dar com uma faca; e considerando esta Câmara que semelhantes ameaças poderiam perturbar o

> exercício da mesma Câmara, acordaram que se representasse à Rainha para dar aquelas providências que julgar convenientes para coibir semelhantes excessos."

Manuel Joaquim da Silva Braga Manso acabaria por ser nomeado secretário *vitalício* "em atenção aos relevantes serviços prestados à causa da Carta e da Rainha no heroico cerco do Porto. E outro sim, atendendo à sua inteireza, conhecida probidade e aptidão, lhe arbitrara o ordenado de anual de 400 mil reis." Como veremos, tratava-se de um vitalício muito *provisório*…



Ao fundo vemos o edifício da Câmara, antes das obras realizadas em meados do século XIX que lhe deram a aparência dos dias de hoje. Do lado direito, em primeiro plano, aparece-nos o Seminário de S. Caetano. (Desenho do Dr. Chasco datado de 1834, existente no Museu dos Biscainhos)

Em 17 de Junho de 1836 a Câmara sentiu necessidade de justificar a contratação permanente do seu secretário, informando o Governador Civil das razões.

> "Além da sua aptidão, zelo e diligência no desempenho do expediente de secretário a seu cargo", "prestou relevantes serviços (…) no assédio da cidade eterna", "fora prestimoso à causa da legitimidade, entrando

> corajoso e intrépido em todas as acções e combates e animando com o seu exemplo os mais companheiros de armas. (…) Pesar lhe ficava de não se poder desviar dos mesquinhos rendimentos do concelho, para consignar mais acrescido ordenado." – *Livro de Actas da Câmara Municipal* de *1834-37*

É curioso que lhe tenha sido arbitrado um ordenado de valor tão elevado, quando o grande problema das primeiras Câmaras saídas do liberalismo era precisamente a exiguidade das receitas necessárias para satisfazer compromissos considerados asfixiantes. Até um Te Deum, no dia do aniversário de D. Maria II, foi objecto de protesto camarário, em 6 de Abril de 1836.

> "Que o mandou fazer por esta vez somente e que protesta receber o seu importe do Cofre da Fazenda Nacional por este acto ser da obrigação da Mitra e o rendimento desta Câmara ser muito diminuto". – *Idem*

Também as providências adoptadas, quando da visita do recente marido de D. Maria II, retratam bem o estado das finanças municipais.

> "Se acordou que para cumprimento do ofício do Governo Civil datado de hoje (*4 de Julho de 1836*), se mande deitar um bando a convidar os cidadãos a iluminarem suas moradas e deitarem cobertas à janela e mandarem varrer as testadas das suas moradas nas ruas por onde passar o príncipe D. Fernando." (…) "Mais se deliberou que se nomeassem sete cidadãos para uma comissão encarregada de solicitar de pessoas que acharem mais capazes e generosas, um donativo para se erigir um arco em local conveniente para a entrada do príncipe." – *Idem*

E de seguida as actas referem o inevitável Te Deum, agora sem protestos, que devia ser devidamente comunicado a Sua Alteza, a fim de que este, na sua entrada, se pudesse dirigir ao templo da Sé para assistir àquela acção de graças. Apesar da falta de verbas, a preocupação levou a Câmara a distribuir duas dúzias de foguetes aos cabos de polícia para estes os lançarem ao ar de espaço a espaço, (*entre a Macada e Ferreiros*) de maneira a que por este sinal se fizesse saber à cidade a chegada de Sua Alteza.

A reorganização das finanças foi posta em marcha. A feira franca do Espírito Santo, criada em 1826, foi suprimida. De acordo com o *Livro de Actas de 1834-37,* a experiência criara o convencimento de que, longe de trazer proveito e oferecer ao mercado os géneros que não abundavam na cidade, a feira só servia para retirar da circulação o dinheiro que tanta falta fazia para os negócios do resto do ano,

assim condenados à paralisação. A decisão final da Câmara seria tomada na reunião de 13 de Maio de 1836.

> "Pondo o Presidente a *escrutinu-o* (*coisas do secretário Manso*…) a informação que se devia dar, foi vencido pelo dito escrutínio, que se informasse o seguinte: Procedendo esta Câmara na conformidade da Portaria de 26 de Março de 1836 às diligências ali ordenadas sobre a feira do Espírito Santo nesta cidade, colheu a unanimidade que consta do documento. Tal feira é danosa aos interesses gerais desta cidade."

Logo a seguir foi adoptada uma medida que embora perigosa, não provocou reacções conhecidas.

> "Mais se acordou que se mandasse deitar bando na cidade e nas freguesias do concelho, anunciar-se por editais que esta Câmara acordou que pagaria de condenação 4 mil reis todo o rendeiro que recolha pipas de vinho e não as der ao Manifesto e que metade deste tributo seja para o denunciante e metade para as despesas do concelho."

E com a carne passou-se algo de semelhante. Os marchantes que matassem bois ou vitelas sem as dar ao repeso e que não pagassem os competentes direitos, seriam multados em 6 mil reis da primeira vez e 12 mil da segunda. E tal como acontecia com o vinho, também uma parte da multa revertia para o denunciante. Era uma das poucas maneiras de tornar eficaz a fiscalização. A dificuldade de cobrança manifestava-se sobretudo quando os marchantes compravam a carne fora do concelho. Para obviar a isso, ficou decidido que, se o fizessem, a dita carne seria *tomada por perdida*. E a nova realidade teve influência sobre os consumos. Embora no vinho não tivesse havido alterações, o imposto sobre a carne determinou uma mudança nos hábitos alimentares.

Os impostos também se estenderam às carnes de suíno. Diz-nos a Câmara na sua acta de 21 de Dezembro de 1836:

> "Se acordou que desde o dia 24 do corrente mês de Dezembro em diante ficam suspensos todos os indivíduos desta cidade e de fora dela de venderem carnes de porco nesta cidade sem que primeiro façam o peso dos porcos inteiros em casa do rendeiro daquela renda, pagando-lhe primeiro os direitos competentes. Mais se deliberou que se algum indivíduo transgredir ao exposto e aparecer pelas ruas desta cidade vendendo as mencionadas carnes sem bilhete do *rendeiro* por onde mostre ter pesado o porco por inteiro e pago os competentes direitos na forma indicada, ser-lhe-á apresada e vendida, sendo o seu produto para as despesas do concelho e metade para o tomador."

Esta lei lembra-nos como se fazia a recolha das receitas dos impostos. A fim de tornar mais prática a operação e evitar a admissão de novos funcionários que criariam despesa fixa no futuro, a Câmara entregava o direito de cobrança a um arrematante. Este garantia o seu estatuto em hasta pública e pagava à edilidade a quantia acordada numa ou em mais prestações.

O lançamento de novos impostos era sempre um perigo. *João Baptista Vieira Gomes* retrata-nos uma situação a que Braga nunca assistira. A cidade, embora timidamente, entrava nos tempos modernos…

> "Tem feito alguma sensação na cidade a pública afixação de um edital de letras gordas, declarando-se a necessidade de lançar um tributo de 10 por 100 a tudo." (…) "Tem aparecido alguns pasquins afixados pelas ruas e em abundância, exarando da forma seguinte: Bracarenses, alerta, unamo-nos ao Porto, opondo-nos ao tributo escandaloso."

E foi em 10 de Julho de 1838, em dia de feira, que tudo pareceu ficar fora de controlo.

> "A autoridade administrativa ao primeiro impulso se mostrou ao povo e com persuasões tentou sossegar o movimento popular; porém, o grito único do povo era abaixo a finta e por entre o zunido de morra a finta, se apelidava e ameaçava de morte aos autores do mesmo tributo. Não se agoirava bem deste acto e houve alguém que se animou a levantar a voz, prometendo remédio e neste ínterim se convidou um pequeno destacamento do nº 18 que estava no quartel do Sardoal, cujo se reuniu em frente do Paço, como em defesa mais pessoal, que com espírito pacificador.
>
> Apenas esta vista se decifrou, nem por isso os clamorosos gritos do povo cessaram e pareceu que o Administrador, confiado no apoio do destacamento e julgando-se seguro, propôs ao povo o remédio que lhe parecia óbvio, prometendo implorar do governo o alívio requerido, porém nem a força à vista nem as promessas sossegaram o clamor. Nem Manso, nem Montalverne (*São duas personagens setembristas importantes…*) nem alguns outros oficiosos se atreveram a contestar a imploração, de sorte que se pôde perceber que o Comandante do Destacamento ordenara carregar armas, se aumentaram os gritos e se vozes de morra, preludiando-se com ameaças de pancada contra quem se opusesse; separados neste momento os ociosos e deixando-se já das persuasões, se envolveram estes entre a tropa e outros se recolheram ao Paço e ficou o motim clamoroso entregue ali, pouco a pouco se foi diminuindo até ficar nulo." (…) "Era já crescido o dia, agourando-se alguma quietação, porém não foi assim, cresceu ânimo em os tumultuários, pois se aumentou o número dos ofendidos, quais os oficiais de ofícios, bem como os povos de S. Jerónimo, que todos são artistas de ferragem e já com propósitos de operarem se apresentaram

> armados com as armas, que a sorte e indústria lhes proporcionou: chuços, carreteiras e outros deste jaez engrossaram o grupo principal da Galeria (*actual Largo do Paço*), ramificando-se este em outros pequenos pelas ruas próximas.
>
> Estes movimentos ocasionaram alguma sensação e porque nada sossegasse o povo, senão a absolvição do tributo, divulga-se no sentimento da Galeria, que pelas três horas da tarde se ia publicar um bando para se suspender o pagamento da finta. Foi esta voz imediatamente sugerida pelo povo e que a Câmara o publicasse e já as vozes eram outras: Câmara, Câmara. Momentaneamente se reuniu a Câmara e sem mais algum prelúdio se moveu o grupo em volta do presidente camarário e depois de arengar um auto se incorporou a Câmara em procissão debaixo do seu estandarte, alternadamente, porque era pesado e incómodo na condução."

E pelos vistos o povo não se compadeceu com o esforço dos seus dirigentes, comentando:

> "Assim como lhe custa a acarretar o estandarte, também nos custa sofrer o tributo que vossemecês lançaram."

E lá foi publicado o bando, no meio de uma concórdia que há pouco parecia impossível.

> "A cena se tornou repentinamente de medonha e terrível em risonha e agradável; *as portas dos moradores da cidade central, de fechadas se franquearam de par em par*, o sossego se tornou a restituir e já ao tempo em que se recolheu o Bando, nem sombra havia do que tinha sido."

Reparemos nesta atitude tipicamente bracarense de *não envolvimento*. Protejamo-nos, escondamo-nos, passemos despercebidos, fechemos as portas! Talvez assim possamos escapar incólumes às ameaças do tempo... É esta atitude de prudência, sensatez, pacificação e calma que prenunciam a futura aceitação dos diferentes regimes políticos que atravessaram Braga.

ENTRE 1836 E O CABRALISMO

Os pouco mais de 10 anos que medeiam entre a implantação do liberalismo e os acontecimentos da Maria da Fonte e da Patuleia estiveram cheios de conflitos e confusões. A morte de D. Pedro, em Setembro de 1834, dividiu as forças liberais entre radicais e moderados. Os conflitos políticos, sociais e económicos sucediam-se, em

grande parte potenciados pela famosa lei de António José de Aguiar que extinguiu as ordens religiosas masculinas e determinou a venda dos seus bens. O descontentamento grassava, o preço do pão subia, os vencimentos dos funcionários públicos atrasavam-se, tal como as pensões às viúvas e aos reformados. E sobretudo iniciava-se um tímido movimento de privatização dos baldios. Não sendo muitas, as referências a este mal-estar estão presentes na acta camarária de *26 de Agosto de 1836* e num ofício desse mesmo dia dirigido ao Juiz de Direito:

> "A Câmara Municipal roga a V. Ex.ª queira dignar-se acusar a recepção de um ofício que esta municipalidade lhe enviou em 19 do corrente a fim de Vossa Senhoria, opondo-se ao acto de medição que por mandado desta municipalidade fora fazer o seu secretário e guardas ao montado da freguesia (*S. Mamede d' Este*) e de outro facto não menos atentatório que João Rebelo e António Pinto, ambos da mesma freguesia cometeram em andar a solicitar assinaturas do povo para fazerem malograr os segundos actos que esta Câmara tinha a mandar fazer à referida freguesia acerca de mais medições e arbitramento de foro no montado e como até ao presente se não tem incitado a marcha da sindicância exigida por esta Câmara tão necessária quanto é certa a ingerência que aquele povo quer ter bulhosa e tumultuariamente contra os actos que são da atribuição desta municipalidade." *(Livro de Actas de 1834-37)*

O descontentamento multiplicava-se e a rainha dissolveu o Parlamento. Convocou novas eleições, onde, apesar de derrotadas, as forças radicais conseguiram eleger alguns deputados, sobretudo no Porto. Recebidos entusiasticamente quando chegaram a Lisboa, a sua presença precipitou os acontecimentos que conduziriam à reposição da Constituição de 1822, até que uma nova lei fundamental fosse elaborada. Estava a acontecer a Revolução de Setembro de 1836.

A nova ordem foi reconhecida pela Rainha e os funcionários públicos foram obrigados a jurar o texto constitucional que tinha saído das Cortes resultantes da revolução liberal de 1820. Disso nos fala a acta das reuniões camarárias de *15 de Setembro de 1836*:

> "Se acordou, em consequência da participação de Sua Excelência o Conde de Lumiares, ministro da Guerra e presidente do Conselho, comunicada a todas as autoridades pelo Boletim Telegráfico em 11 do corrente, deliberou em sessão extraordinária que se procedesse a Bando, em satisfação aos votos e desejos dos povos do concelho que ela representa, a fim de fazer público o regozijo geral da Nação em Sua Majestade a Rainha Fidelíssima haver resolvido que se adoptasse a Constituição de 1822 com

> as modificações que fizerem as Cortes; acordando outro sim a mesma Câmara que se oficiasse a todas as autoridades da cidade para que concorressem com os seus oficiais subalternos a solenizar tão plausível acto no dia da manhã 16 do corrente às duas horas da tarde reunindo-se no Paço do Concelho, prevenindo-se as mesmas para que no dito dia à quatro horas da tarde assistirem ao Te Deum de graças na Sé Primacial, por tão satisfatória resolução da mesma Augusta Senhora." *(Livro de Actas de 1834-37)*

Note-se como a regularização da situação setembrista dentro da cidade de Braga deve ter sido difícil de estabelecer. Entre a comunicação telegráfica do conde de Lumiares do dia 11 de Setembro e a adesão bracarense à situação setembrista passaram 4 longos dias. Foram tempos de reflexão, momentos em que se esperou para ver em que paravam as circunstâncias.

E no dia 24 de Setembro foi necessária uma nova ordem para que os empregados da Câmara que não prestaram juramento no dia 16, o fizessem finalmente na sessão seguinte.

As constantes trocas e baldrocas exigiriam novos e constantes autos de aclamação. *A Revolta dos Marechais,* acontecida em Julho de 1837 é um daqueles momentos, contado passo a passo pelo cronista de serviço*, João Baptista Vieira Gomes*, nas suas *Memórias de Braga*:

> "Pôs-se em efervescência a cidade (…) e tornou-se assustador o fim do dia 11 de Julho. Pela tarde se fez o pagamento à tropa com abundância e se recolheram em os quartéis os corpos (…) de 9 e Rainha, conservando-se em armas até à noite e divulgando-se uma polícia assustadora. Em consequência deste movimento se congregaram as autoridades no Paço e em Junta resolveram que alguma força se dispusesse a sair ao encontro de outra de Caçadores 4 (*aquartelado na Barca*), para como exploradora se poder obrar discretamente com estes dados e com a positiva notícia da chegada de força chamorra. Se pôs em marcha uma força de 9 homens que saiu arrogante. Não ignoravam o fim a que se dirigiam nem tão pouco as tenções dos que vinham e quando se avistaram as forças no lugar de Cabanas, em poucos momentos se comunicaram sem desgosto, uns e outros se puseram em marcha para esta cidade. Apenas apontou em a cidade a força chamorra (*cartista*) e dela se espalhou a nova, se aproximou o Barão de Almargem (*militar setembrista*) aos quartéis e em frente da tropa arengou, persuadindo-os à oposição; mas conseguia um sim friamente e como só em o campo, tomou o partido de seguir a estrada do Porto. Os comandantes Passos e Brito se tinham reclusado nos seus quartéis como indiferentes; a polícia se viu só na cidade, ameaçando geralmente os que transitavam e sem atenção, perturbavam o sossego e tranquilidade dos habitantes; *de sorte que muitos se aquartelaram em casas alheias para evitar os insultos*. Desde que a noite tomou posse da cidade e a força

> chamorra pisava o solo bracarense se desenvolveu a força do Batalhão da Rainha e em patrulhas rondavam pela cidade e o Batalhão de Caçadores 4 entrou pelas 10 horas da noite, entoando alegres e clamorosos vivas à Carta de 26 ao som de música instrumental. (…) Tanto estava traçada a cena que imediatamente se avisou para Montariol a chamar o antigo secretário do Governo Civil (*Trata-se do cartista Francisco Manuel Costa, futuro conselheiro e deputado*) que momentaneamente concorreu no Paço onde achou a casa isenta daqueles magistrados que há poucas horas se tinham orçado e bravejado."

Quando havia alguma alteração política, o quadro em que se moviam os habitantes civis da cidade, era sempre o mesmo. Havia que esperar para ver em que é que as coisas davam e em caso de maiores dúvidas até seria conveniente que *as pessoas se aquartelassem em casas alheias*. Só depois, quando tudo estivesse mais definido, é que poderiam abandonar o recolhimento a que se tinham votado e apareciam a confraternizar com os vencedores. Era a atitude mais prudente…

Nesta revolta, como se vê, o antigo secretário do governo civil, Francisco Manuel Costa, viu-se abandonado pelos seus pares, que só mais tarde reapareceriam. O medo tolhera-os, à boa maneira bracarense. Mas uma coisa os revoltosos não esqueceram. Havia que tomar conta do dinheiro existente no cofre. A operação seria tentada pelas forças militares. Fazendo justiça à sua imagem de pessoa intrépida, a resistência ao roubo do dinheiro teria um protagonista já nosso conhecido: o secretário da Câmara, o setembrista Manuel Joaquim Manso.

> "Apenas concluiu o Batalhão 4 a sua expedição bem concluída, se comunicou instantaneamente à Torre da Sé para que os sinos solenizassem o regozijo, o que se observou singularmente sem haver mais algum outro toque, porque no fim da tarde anterior se tinham laçado uma mordaça para não falarem e ficou em consequência disso aturdida a cidade com o extraordinário e repentino acontecimento da extravagante cantilena dos sinos da Sé e do estrondo de alguns foguetes muito podres e de ínfima condição. Pela mesma ocasião se efectuou a apreensão de quanto dinheiro havia no Tesouro Público e que segundo se apregoa monta em contos e foi-se. Como tivesse o Tesoureiro na tarde deste dia aprontado algum dinheiro para contabilidade e pela reacção diligenciasse o Manso o projecto de segurar o dinheiro, deu os passos convenientes e conseguiu praticar e tratar dos meios de pôpr em segurança aquela contabilidade. Não foi tão subtil esta diligência Mansa que não fosse denunciada nos quartéis à tropa agressora e com a velocidade de raio, caem na tal Tesouraria um sargento com alguns soldados imprevistamente e na confusão da apreensão de

> dinheiros, quem furtou, furtou, quem não furtou, furtasse. (…) Inteirada a força de que o Manso promovera o resguardo do dinheiro, saltaram-lhe em casa violentamente, nas não alcançaram pessoa alguma e se satisfizeram em escaninhar todos os cantos e se retiraram com a *promessa de vida eterna*. (…) Entre toda esta confusão se passou a noite de 11 de Julho, mantendo-se os habitantes pacíficos e com timidez submissos; e somente ardia o fogo entre os sistemáticos chamorros e mijados."

Reparemos nos badalos, meio de comunicação privilegiado nesta época e que os setembristas tentaram bloquear. Repare-se também na expressão *promessa de vida eterna*, muito usada pelo Dr. Chasco. Era um mundo de felicidade, que pelos vistos esperava a família do Manso…

Nesse mesmo dia à tarde, as autoridades foram mudadas.

> "Pelas 4 horas da tarde do mesmo dia 11 se congregou a Câmara e em consequência da ordem do Governador ou Administrador Civil interino, celebraram o auto da governança chamorra, cuja sessão se dilatou até ao anoitecer e terminou com a aclamação da Carta de 1826, entoando-se a ela uma vozearia camarária de vivas à Religião Católica Apostólica Romana, à Carta Constitucional e Rainha acompanhados de alguns foguetes."

Os setembristas fugiram para o Porto, e a tropa revoltada não teve coragem de os perseguir, receosa do possível contra ataque dos militares setembristas estacionados no Porto.

> "Durou pouco a oposição e quando nocturnamente se viram transitar algumas figuras da comédia para esta cidade, agoirando receio de tomar sobre os seus passos a tropa, em consequência da ofensiva que tomou o partido do Porto (*setembrista*).

A resistência dos militares do Porto ao golpe determinou o fim da Revolta dos Marechais em Braga e a retirada de todos.

> "Na verdade viu esta cidade em retirada a tropa que ufana tinha partido e sem descanso puseram todos os meios possíveis de retirada. A esta cena se intimidou o tom da cidade, melancolizando-se os semblantes dos moradores, sem que contudo se tinha suspeita do perigo geral. Os empregados Procurador/Bartolomeu Amaral e o diligente governador/Francisco Manuel Costa se puseram em perigosa fugida da cidade e de suas casas com rapidez: a estes se seguiram alguns apaixonados e subalternos."

Também os militares fugiram.

> "Se puseram a andar para além do Cávado, não com medo mas com alguma diligência por se anunciar que alguma força do Porto fora disposta para sufocar o partido chamorro rebelado." (…) "Durou esta cena até às 9 horas e então se divulga a aproximação da força mijada, fazendo-se visível o grande Manso." (…) "Aumentou o susto e se comoveu a cidade, reclusando-se seus habitantes em suas casas e só divagando pessoas ou indiferentes ou totalmente alheias ao comprometimento."

A derrota implicou o retorno das autoridades anteriores, as setembristas, e o inevitável auto de aclamação, naturalmente acompanhado de juramento.

> "Se acordou se proceda a um aumento de ratificação de juramento à Constituição de 1822 com as modificações que as Cortes Gerais e constituintes da Nação Portuguesa houverem de fazer e bem assim ao convite das pessoas e autoridades designadas no ofício da Administração Geral de 17 do corrente, isto pelas cinco horas da tarde do dia 19 do corrente, cujo ofício é do teor seguinte. "Ilustríssimos senhores: havendo-se os facciosos da abolida Carta intrusado neste distrito por alguns dias, ordenando às autoridades administrativas que procedessem à aclamação daquela Carta. Tendo-se verificado esta rebelde aclamação por algumas câmaras em despeito dos seus mais sagrados deveres e menoscabo do juramento que espontaneamente prestaram, cumpre pois a vossas senhorias sem perda de tempo, cassar todas as ordens que houvessem expedido contra as denominadas autoridades legitimamente constituídas, *trancar* o auto rebelde procedendo a outro de aclamação que será feito com toda a solenidade, convidando para isso todas as autoridades, empregados públicos e pessoas conspícuas desse município, remetendo em seguimento a esta Administração Geral, cópias do trancamento e do novo acto de aclamação, caso se tenha dado." (*Livro de Actas de 1837-39, em 18 de Setembro de 1837*)

Reparemos no *trancamento* da acta indesejada. Era prática habitual que o conteúdo destas actas de transição pura e simplesmente se esfumasse, cobertas com uma tinta que as tornava ilegíveis. Os bracarenses talvez imaginassem que era possível alterar a história, reescrevendo-a, ou pelo menos omitindo alguma parte considerada menos conveniente…

Esta intrusão cartista iria reflectir-se, depois da derrota, numa nova distribuição dos empregos públicos. António Joaquim da Silva Braga Manso, irmão do nosso conhecido secretário da Câmara, seria nomeado interinamente para a secretaria da Administração do Concelho, enquanto o anterior funcionário não justificava os serviços que prestara aos revoltosos.

O regresso à situação *mijada,* isto é, setembrista*,* impôs um novo auto de aclamação. Estes autos assemelhavam-se a uma espécie de acto confessional em tempo de quaresma. Feita a confissão, a alma ficava novamente pura e *preparada para novos pecados*. E tal como acontecia nos actos religiosos, os pecadores aperaltavam-se com os melhores adereços que possuíam:

> "Em seguida se oferecia para esta tarde a renovação do auto solene da Câmara em prol da Constituição de 1822 sem a qual se julgavam comprometidos todos os empregados se a ele não concorressem, pelo que já ao meio dia, se viram muitos, armados de espadas e adagas e outros com grande gala para o instante desejado, o que se fez às 4 horas."

A vida dos funcionários era um verdadeiro desassossego.

> "Não quiseram retirar-se da cidade na invasão chamorra os escrivães Ferreira e súcia, conservando-se escondidos em suas casas e para voltar agora à sua atmosfera, fizeram-se vistos novamente."

No Tribunal judiciário este escrivão acabaria julgado e suspenso do emprego…

> "…em desagravo da acção tremenda e horrorosa que cometeu". (*João Baptista Vieira Gomes, Memórias de Braga, Volume 5*)

As quezílias entre cartistas e setembristas, popularmente conhecidos, respectivamente, por *chamorros* e *mijados*, teriam um novo episódio no final do ano de 1838. A rainha demitiu a vereação, provavelmente devido a protestos de alguns cidadãos setembristas, como Manuel Joaquim da Silva Braga Manso. Acusavam as autoridades da *omissão dos seus nomes no recenseamento eleitoral* que conduzira, no início de 1837, à vitória do cartista Francisco Xavier de Sousa Torres e Almeida. As constantes alterações políticas *desactualizavam* um recenseamento que se fazia anualmente e que estava *preparado* para dar a vitória de quem o elaborava. Apenas já em plena situação *mijada* é que um protesto desta natureza, feito por cidadãos setembristas, teria pernas para andar. Na reunião de *10 de Dezembro de 1838* a nova Câmara deliberou:

> "Que se remetessem as actas pertencentes à eleição ultimamente feita para Senadores e Deputados às próximas Cortes, ao Administrador Geral, para de lá serem remetidas ao governo: mais se deliberou que não

> se achando no Arquivo as relações dos votantes que deviam acompanhar as respectivas actas, assim como as segundas vias dos votados em cada uma das assembleias em que se dividiu este e os mais círculos que formaram o círculo eleitoral, se oficiasse ao ex-presidente da Câmara Francisco Xavier de Sousa Torres e Almeida para dizer a esta Câmara onde param os supraditos documentos." *(Livro de Actas de 1837-39)*

Não pararam aqui as tricas entre o Administrador Geral (*nome atribuído no Código Administrativo de 1836 ao cargo depois chamado Governador Civil*) e a Câmara Municipal. Em 9 de Janeiro de 1839 o Administrador Geral Interino, figura setembrista, ordenou que a Câmara de então, de maioria cartista, entregasse o governo do Município ao presidente e substitutos que a precederam. Mas em 15 de Fevereiro de 1839 a situação mantinha-se. O Administrador do Concelho comunicou à Câmara que o seu superior, o Administrador Geral interino, lhe ordenara que, constando-lhe que esta Câmara continuava ilegalmente no governo do município, a intimasse para que no prazo de seis horas entregasse o mesmo governo *à Câmara que a precedeu*, sob pena de autuamento por desobediência. E o município encarregou o seu presidente de responder às autoridades que esta Câmara fora legalmente constituída, pois tinha a maioria nos círculos não anulados, estando aquela questão dependente de resolução régia porque estava afecta há mais de um mês ao governo de Sua Majestade. E concluiu a acta:

> "Enquanto esta Câmara somente se emprega com todo o zelo em promover o bem do município, o Administrador Geral teima acintosamente numa transição do governo do município que não passa de ilusória porque ainda que venha a ter lugar a entrega do governo do mesmo município à Câmara antecedente, esta é composta de quase todos os vereadores actuais." *Livro de Actas da Câmara Municipal de 1837-39*

O desencontro entre estas duas entidades quase as levava a cenas de violência. Na acta de 19 de Fevereiro de 1839 a Câmara protestou. Disse que numa reunião havida dois dias antes, quando o presidente ditava um protesto da mesma Câmara contra o abuso de poder, protesto que abrangia o próprio Administrador do Concelho por cumprir uma ordem não escrita, mas bocal, e "para maior insulto a esta Câmara, naquele acto o mesmo Administrador (*Geral*) interino, acompanhado de seus empregados e mais homens desconhecidos e devendo conservar-se mudo espectador, principiou a altercar com ele presidente." (*Livro de Actas de 1837-39*)

Mais curiosa ainda é que esta reunião do dia 19 aconteceu na casa do próprio presidente, segundo ele não por temer quaisquer novos insultos, mas só e unicamente para evitar transtorno na ordem pública. Parecia que as reuniões camarárias se estavam a tornar *clandestinas*... É também muito curioso que esta reunião tenha sido secretariada pelo vereador mais novo, Manuel António Ferreira Lanhoso, por ausência do secretário habitual, o setembrista Manuel Joaquim da Silva Braga Manso, devido a desobediência deste. A regularização deste imbróglio só ocorreria já no mês de Maio. Até lá, a direcção da Câmara ficaria nas mãos de personalidades pertencentes à vereação de 1838. O Administrador Geral interino, Rodrigo de Freitas Sampaio Guimarães Coelho, ganhara momentaneamente a partida...

A situação setembrista moderada, materializara-se aparentemente em Lisboa na Constituição de 1838. Mas foi uma consolidação muito frágil. Não se aguentou muito mais tempo. Criada para harmonizar as duas sensibilidades presentes no mundo liberal desde a morte de D. Pedro, a Constituição de 1838 nunca as conseguiu verdadeiramente esbater. E a reorganização das consciências e dos interesses não parou. Os irmãos Cabral, que inicialmente eram setembristas radicais e que durante a Maria da Fonte seriam conhecidos como os *cabrões*, deram novo alento ao cartismo. Finalmente, em 27 Janeiro de 1842, um movimento chefiado pelo irmão António proclamou a Carta Constitucional no Porto. Principiava uma nova época que faria resvalar o país para a guerra civil.

Em Braga, naqueles tempos complicados de luta com os setembristas, o partido cartista permaneceu a força dominante. Quer isto dizer que depois de reimplantada a Carta em Lisboa, não houve alterações. A Câmara a continuava como sempre a fazer a gestão dos seus assuntos, nada ensombrada pelas nuvens agora favoráveis, trazidas pelos ventos de Lisboa. Mas estava próximo o tempo em que o norte iria produzir a sua própria borrasca. E que borrasca...

DESDE O CABRALISMO À MARIA DA FONTE

Como vimos, a vitória cartista resultou da entrada em cena de um antigo setembrista radical, António Bernardo da Costa Cabral. Foi uma mudança que chegou a Braga pelo correio.

> "Com um esclarecido e decifrado conhecimento que tinha sido patente pelo *próprio* chegado, e já sabido pelo general, se pôs este em marcha

> para a secretaria militar, para onde fez ajuntar o coronel e demais autoridades e aí conciliando-se os meios adoptados, se dissolveu o conselho para cumprirem as ordens da regência que se tinha inaugurado no Porto. O coronel convocou a oficialidade e do aranzel colheu o seguimento do sistema proclamado, à excepção de 11, entre comandantes e subalternos que professavam ser setembristas; cujos por não anuírem foram considerados desligados e considerados imediatamente aptos para marcharem para algum ponto para onde escolhessem, determinando-se-lhes prazo de tempo para assim o fazer, dentro do qual se lhes entregaria uma guia."

Repare-se que, anormalmente para estes tempos conturbados, esta transferência de poder se fez de forma muito cordata. Até foi passada uma guia de marcha para os 11 militares não aderentes.

> "No dia 29 de manhã se pôs o Batalhão 8 em uniforme de grande gala e apto para cortejo e seguros os participantes, esperou no Campo da Vinha a pessoa do general e tanto que os heróis militares souberam que no Paço do Concelho estava reunido o corpo municipal e demais adeptos, marchou ao Campo de Touros e se postou em frente do palácio. Seriam 11 horas de dia e tendo-se convidado o eleito arcebispo e seus subalternos (…) se fez visto à janela o general e eleito arcebispo e entre eles a bandeira da Câmara, a cuja aparição se pôs o corpo militar em auto de cortejo, marchando em frente até aonde ao som da voz Alto fez a continência e com armas em descanso se entoaram pelo general os vivas à Rainha e à carta Constitucional a que corresponderam os presentes espectadores – soldados e não mais que alguns estudantes que tinham saído das aulas e um número limitado de alguns artistas. (…) Os sinos regozijaram o festim e o som se encontrou com o de uma salva de 21 foguetes que se despendeu pela Câmara."

Como se vê, o aparato foi enorme. Até o Arcebispo e a sua gente deu colorido à festa. E o Dr. Chasco, autor das linhas anteriores e das que se seguem, concluiu dando vazão à sua costela miguelista:

> "Tudo ficou em sossego e a marcha da vida seguiu. O povo, que em suas casas estava, esteve e ficou a tudo indiferente. À noite houve iluminação voluntária da parte dos empregados, condescendência da parte dos tímidos e repúdio da parte do povo." (*João Batista Vieira Gomes, Memórias de Braga, Volume 5*).

A oficialização da vitória de Costa Cabral começou por um auto de aclamação, exigido pelo Administrador Geral do Distrito de Braga, funcionário que por sua vez declarou estar a cumprir ordens do general comandante da 4ª Divisão Militar. O poder político estava subordinado ao militar. O general comunicou às outras autoridades a

sua adesão, com as forças do seu comando, ao movimento que acabara de ter lugar na cidade do Porto em favor da Carta Constitucional de 1826. Esta tornou-se a lei fundamental da monarquia e foram expedidas as ordens para a necessária aclamação, Disse-se:

> "Em vista do que se torna necessário que V. Excelências reúnam no referido dia 29 (*Janeiro*) às doze horas do dia, procedendo ao competente auto de aclamação, do qual me enviarão cópia para os fins convenientes; sendo também conveniente que por V. Ex.ª sejam consideradas todas as autoridades civis e eclesiásticas para o indicado fim" (*Livro de Actas de 1841-42*).

Era assim que acontecia nos países economicamente atrasados, com as alterações políticas a resultarem das opções das chefias militares. E lá estava o auto de aclamação, uma ficção que convinha apontar como algo *unânime e espontaneamente* assinado… E como não podia deixar de ser, determinou-se mais, que se rendessem graças ao Altíssimo, convidando-se todos os habitantes a solenizarem, iluminando por três noites sucessivas os seus edifícios e praticando tudo o que fosse em harmonia a manifestar o justo regozijo. Para evitar quaisquer dúvidas, foram apresentados pormenorizadamente os passos do juramento. O presidente jurava perante os vereadores e estes perante o presidente. E depois seria a vez dos professores de ensino público e empregados dependentes da mesma Câmara. O funcionalismo seguia *espontaneamente* a voz dos seus chefes.

> "Que a fórmula do juramento será a que se segue: Reitero (ou juro se ainda não tiver jurado) o juramento de cumprir e fazer cumprir e guardar a Carta Constitucional decretada pelo Sr. D. Pedro IV em 29 de Abril de 1826, para os reinos de Portugal e Algarves e seus domínios." (*Livro de Actas da Câmara* de *1841-42*)

Principiou então na Câmara uma época de gestão dos assuntos correntes. Para poder apresentar um orçamento equilibrado, foi decidido, de acordo com o *Livro de Actas da Câmara de 1841-42,* em *27 de Janeiro de 1842 e* à semelhança do que acontecera no ano anterior, manter a colecta sobre a carne e o vinho, tendo em contemplação a quantia de 200 mil reis para amortizar a dívida que existia. Algumas das decisões tomadas nesta altura são surpreendentes e demonstram o predomínio da economia rural dominante na região. Em 1 de Abril de 1842 lê-se no mesmo *Livro de Actas*:

> "Deliberou-se mais que marcando o Código de Posturas em o fim do semestre de cada ano a apresentação a quem compete o número de cabeças de pássaros daninhos e estando chegado o prazo de passarem ordens para os regedores das freguesias da Sé, S. João, S. Lázaro, S. Vítor, S. Tiago, S. Pedro de Maximinos a fim de fazerem com que os lavradores que têm eira e deram em rol, venham trazer as cabeças no dia seis do corrente mês, para se lhe adjudicar a multa, imposta no mesmo Código."

E em 20 de Abril foi a vez das freguesias de Celeirós, Aveleda, Vilaça, Vimieiro, Sequeira, Cabreiros, Arentim, Priscos, Oliveira e Tebosa saldarem as suas contas no que respeita a cabeças de pássaros daninhos. Prova provada de um mundo rural dominante, apenas nos finais do séc. XIX, em 1886, esta disposição deixou de fazer parte do Código de Posturas Municipais. Sobre este assunto, o Livro de Posturas de 1852 ainda dizia o seguinte:

> "Título VII – Da conservação dos arvoredos e guarda de prédios, searas, montes, caminhos e tomadas – § 9º: Todos os lavradores fazendeiros do concelho, serão obrigados a apresentar na casa da Câmara d' esta cidade, no primeiro trimestre de cada ano, doze cabeças de pardais, cada um, aos quais, verificada que seja a apresentação, se lhes passará um bilhete para apresentar ao respectivo regedor, incorrendo pelo acto de contravenção na multa de quinhentos reis."

Mas o curioso é que neste assunto ninguém confiava em ninguém. Em 14 de Setembro de 1850, o Governo Civil pediu a *inutilização* das cabeças dos pássaros, de modo que não pudessem servir para outros proprietários as cabeças anteriormente apresentadas. (*Livro da Correspondência recebida do Governo Civil, 1850-65)*.

Foi nesta altura que foi regularizada a situação do secretário da Câmara. O setembrista convicto, Manuel Joaquim da Silva Braga Manso, deixou de ter lugar numa Câmara cartista. Vejamos:

> "Neste acto foi presente um ofício do Governo Civil – 1ª Repartição e Secção, número 59 em data de hoje (*28 de Abril de 1842*) que acompanhava o decreto do governo expedido pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino em data de 22 do corrente e relativo à demissão do Secretário desta municipalidade, Manuel Joaquim da Silva Braga Manso, cujo estando presente se mandou sair para esta Câmara com mais liberdade poder deliberar e com efeito tendo em vista o sentido dominante do mesmo decreto, bem como as terminantes ordens transmitidas pelo Governo Civil no supracitado ofício, resolveu-se que se desse a saber ao mesmo Secretário a sua demissão".

Em Outubro desse ano, deu-se mais um passo na regularização da situação provocada pelas disputas políticas, neste caso entre os liberais e absolutistas. Pedindo para ser reintegrado, o guarda das águas viu a sua pretensão indeferida. O suplicante foi acusado de ter abandonado o emprego em 1834 por ocasião da aclamação de Sua Majestade a rainha e da Carta Constitucional que a sustentava. Terá levado consigo as chaves do Paço do Concelho que foi forçoso arrombar, em consequência do que, por ser muito afecto ao governo do usurpador (*D. Miguel*), a Câmara o demitiu – Conforme o *Livro de Actas de 1841-42, 13 de Outubro de 1842*.

A vontade de engrandecimento em que o poder local se empenhava, colidia por vezes com os desejos de contenção de despesas manifestados pelo poder central.

> "Constando que se pretende dissolver os corpos de segurança das terras que forem quartel permanente de algum corpo de primeira linha e sendo o corpo de segurança deste distrito um dos que está naquelas circunstâncias, atendendo ao bom serviço que o mesmo há prestado, resolveu-se que em sentido idêntico ao dito bom serviço, se representasse para que o governo de Sua Majestade a conservação do dito corpo." (*Livro de Actas de 1841-42, 25 de Maio de 1842*).

As pretensões da cidade não seriam totalmente desatendidas. Mas se quisesse mais segurança, a Câmara teria de a pagar do seu bolso o arrendamento da casa dos guardas.

> "Leu-se um ofício do Governo Civil – 1ª Repartição – 2ª Secção, nº 143 com a data de 28 do corrente fazendo ver que em virtude da dissolução do Corpo de segurança desta cidade, Sua Ex.ª o Sr. Governador Civil conferenciando com o Ex.mo Sr. General desta província sobre a segurança dos habitantes, resolveram se estabelecesse uma Guarda Municipal em ponto central da cidade. (…) Mas como um tal fim se não pudesse executar sem despesa e que aquela Repartição não estava habilitada a fazê-la, nem mesmo o Ex.mo General; roga à Câmara como medida indispensável, tome sobre si a despesa da casa que se arrenda, secundando desta sorte os desejos das mais autoridades." (*Livro de Actas de 1841-42, 30 de Outubro de 1842*)

Como estava neste momento em vigor a prática de usar os presos em trabalhos de calcetaria, mediante o pagamento de um salário, a Câmara, nomeou um vereador responsável. Tratou-se de algo novo que confrontaria a edilidade com situações onde a sua falta de experiência não ajudava. Uma delas foi a fuga de um preso, com

suposta conivência do guarda responsável. Ficou resolvido que se remetesse tudo por cópia para o Ministério Público, a fim de se lhe formar a competente culpa e que ele se conservasse na prisão. (Conforme o *Livro de Actas de 1841-42 da Câmara*, em 4 de Fevereiro de 1842). Outro caso ocorreu em Novembro desse ano. Disso nos dá conta mesmo livro da Actas*,* em *12 de Novembro de 1842*, ao referir um ofício do aljubeiro que participava a existência de desordens entre os calcetas e a sua própria família, por causa do rancho. O principal animador da desordem teria sido um calceta chamado Gaspar de José. Foi até necessário chamar a guarda da tropa, e nem a ele os insubordinados queriam obedecer. Acabariam por recolher à prisão durante um mês.

> "O calceta João da Silva Loureiro e Manuel José de Alvelos, por apoiarem a desordem lhes foram descontados 40 reis em cada dia, a cada um por tempo de um mês."

Em 23 desse mês, o Livro da *Correspondência para a Administração Geral e Governo Civil – 1842-45,* diz-nos que em 10 de Março de 1843, terminou o castigo dos calcetas, que além de ser considerado já suficiente, teria resultado de alguma prepotência.

> "A parte que o aljubeiro deu em ofício (…) foi muito exagerada e menos exacta."

Já na vereação seguinte, a de António Vieira de Araújo, a Câmara pediu a extinção da calcetaria, alegando despesas avultadas com a iluminação.

> "Esta Câmara tem ainda a acrescentar (…) para efeito da pedida extinção, a ponderosa circunstância da despesa a que vai ser obrigada pelo estabelecimento reconhecidamente indispensável da Iluminação Pública, a qual, além das quantias necessárias para a factura e colocação dos candeeiros, importa uma despesa anual e certa para o seu custeamento; despesa certamente avultada, atendendo ao crescido número de candeeiros precisos para bem se iluminar a cidade."

No ano de 1842 parece ter havido algum desafogo nas contas camarárias. Feito o leilão das rendas, detectou-se que havia sobras de cerca de 4 contos. A Câmara decidiu então proceder a obras em várias estradas, *apenas beneficiando os expostos se, depois disso tudo, ainda houvesse algum saldo*. As estradas estavam naturalmente em primeiro lugar.

Em Julho foi a vez da moralização do trabalho dos veterinários, cuja actividade era frequentemente realizada por indivíduos sem habilitação. E para acabar com o caos na localização das habitações, de que se ressentia a cobrança da Décima, tomaram-se decisões.

> "Deliberou-se que se fizesse público por Bando, a arrematação que se fez da numeração dos portais das casas desta cidade, declarando aos habitantes que têm de pagar pelo número de cada portal 10 reis e os que viverem em casas de aluguer pagarão cobrando recibo para descontarem nos alugueis que pagam aos senhorios." (*Livro de Actas de 1841-42, 13 de Julho de 1842*).

Em 19 de Outubro o Administrador do Concelho relatou a existência de erros.

> "Resolveu-se que se dissesse que ao Administrador do Concelho que a numeração era feita em toda a cidade pelas praças e ruas, seguindo um número em cada propriedade, constantemente e que assim se pratica no Porto e em Lisboa e que nenhum inconveniente resulta para a Décima ou aboletamento" (Livro *de Actas de 1841-42, 19 de Outubro de 1842*).

A plantação de amoreiras também passou a estar na ordem do dia, de acordo com uma ordem transmitida pelo Ministério do Reino ao governador Civil. Projectava-se para o país a criação de uma indústria da seda, que acabaria por nunca arrancar.

Em Agosto de 1842 A Câmara decidiu mudar as chaves das fechaduras de todos os armários do Arquivo Municipal, na sequência de uma informação que obteve *com mais de quinze anos de atraso*. Vejamo-la:

> "Foi presente o cidadão António Gonçalves da Rua Nova desta cidade, o qual declarou que servindo de Tesoureiro desta Câmara do ano de 1826 e por ocasião do pagamento que se fazia aos expostos, deixou guardados em um dos armários do Arquivo da Câmara uma porção de dinheiro de maior quantia e quando voltou achou e encontrou de menos a quantia de 62.400 reis e como voltaria talvez a horas que o não esperavam, quando se aproximou do dito armário encontrou uma chave metida na fechadura o que deu motivo a não se servir da que trazia e a fazer o exame no seu dinheiro e examinando se ali alguém estava ou se via na dita sala do Arquivo, não viu ninguém e só sabe que as chaves estavam em poder dos guardas da Câmara e que o guarda Henrique José Fernandes foi o que lhe entregou a chave quando deixou o dinheiro guardado; que participara este acontecimento logo seguidamente, mas que nunca lhe constou houvesse provimento a este respeito" (*Livro de Actas de 1841-42, 3 de Agosto de 1842*).

ANTECEDENTES DA MARIA DA FONTE

Numa fase inicial, a situação cabralista parecia firme. Era o mundo dos negócios a ocupar o seu lugar. *Oliveira Martins* no seu *Portugal Contemporâneo* reconhece-o, quando diz:

> "Com a restauração da Carta não subia apenas ao poder um homem novo com a maior de todas as clientelas políticas do liberalismo português. (…) A aristocracia liberal, da gente que tinha conseguido enriquecer e subir, classe nova formada pela anarquia de 34-38, reclamava o império: era a força mais positiva que se levantara das ruínas da sociedade antiga e muitos dos homens velhos, ou saciados de liberalismo ou indiferentes a doutrinas, só desejosos de ordem, punham-se ao serviço dessa aristocracia nova, cujo representante, chefe e instrumento, Costa Cabral soubera tornar-se."

Em Braga, *João Batista Vieira Gomes* também descortinou a força que emergia:

> "São tais e tantos os agentes em os negócios ministeriais, como os mesmos negócios. Por isso que a Carta tem o seu apoio no Costa Cabral, é em seu abono que se diligenciam eleitores de paróquia para que estes nomeiem deputados que animem a Menina a fim de ser duradoura a quitanga cabralina. Para esta se verificar tem viajado para esta cidade alguns cógnitos e incógnitos para comunicação de princípios: para verificar-se o empenho, fez-se visto em o dia 10 de Maio (*1843*) o irmão do ministro Cabral e para induzir ao povo a crença e opinião fez uma saída ao Bom Jesus do Monte na companhia do Administrador Barão e para que esta vista inculcasse; um e outro publicaram a tenção e foi suficiente para que alguém concorresse em súcia e se manifestasse um estranho acompanhamento que atulhava alguns caminhos, por serem estreitos." (*Memórias de Braga, volume 5*).

Só o tempo se encarregaria de mostrar que Costa Cabral *ainda* não era o homem certo para a função que se exigia dele…

A facção cartista não era homogénea e as suas divergências não escapavam aos mais atentos. Em 1843, já *João Baptista Vieira Gomes* anotava o facto, afirmando:

> "São já divididos os sentimentos dos cartistas; e se apelidam cabralistas e da oposição; estes, na qualidade de cartistas puros e aqueles os que querem a Carta e um não sei que considerando pelo Costa Cabral; esta divergência tem ocasionado outra na escolha dos deputados; e tal tem sido a convivência que tem nascido harmonia entre os dissidentes cartistas e

> setembristas: esta liga é seguida e promovida aqui pelo Vieira e seus adeptos, (*Refere-se a António Vieira de Araújo, falado mais adiante pelas piores razões…*). (*Memórias de Braga, Volume 5*).

Que razões justificavam estas divisões entre os cartistas? Para além do autoritarismo de Costa Cabral, houve razões fiscais que potenciaram o descontentamento e as dúvidas. É que o governo, falho de receitas, viu-se na contingência de agravar fortemente os impostos. Nas suas *Memórias de Braga*, *Vieira Gomes* conta-nos um episódio significativamente perigoso, por envolver um militar:

> "Pôs-se em activo exercício o Tribunal da Contadoria e está aberto o Cofre da Décima. Teve lugar in princípio a freguesia de S. João de Souto e porque o quartel do regimento 8 se compreende no círculo da freguesia e pelas instruções decimais se não perdoam aos militares, têm estes de tributar alguma parte do seu soldo ao governo. Com prontidão avançou o analisar a verba da sua Décima e ao seu quesito respondeu o Contador que estava colectado em 30 mil reis. Com sereno semblante escutou e com a mesma gravidade mandou ao camarada que lhe fosse buscar ao quartel a espada. (…) Admirado ficou o Contador pelo descarte e muito mais pela demora em o coronel; e já sem ânimo se reputava perigoso e não pouco por saber que o coronel tinha o apelido de Trinta Diabos. Apressou-se o camarada e entregando a espada ao coronel, este a deu ao Contador acompanhada do palavreado – Que aquele traste/espada era o único traste de Sua Majestade porque os outros lhe tinham custado o seu dinheiro e assim que o quisesse receber e do seu importe se pagasse e lhe retornasse o excesso, se o houvesse. Animoso, o Recebedor lhe produzia razões coerentes, desviando de si o ódio e sobeja razão do coronel que em seguida lhe franqueia uma carteira e dela lhe faz ver bastantes notas de atraso no pagamento do seu soldo e em bastante soma o débito, em consequência do que propôs ele coronel que reconhecia aquela Repartição, na qual existia o deve e haver, assim como em outra qualquer e que numa convenção judiciosa oferecia em pagamento a sua dívida pela qual de boa vontade consentia que se pagasse Sua Majestade, admirando muito que um amo quisesse que pagasse décima do seu salário. Em honra se retirou o coronel e com a boca aberta ficou o Recebedor e lhe agradeceu o susto que mamou." (*Memórias de Braga, Volume 5*)

Desta vez, não seria um golpe militar o motor das alterações políticas. O grande objectivo de Costa Cabral, para além do enriquecimento material e espiritual, seu e da sua equipa, era a modernização do país. Eram precisas obras que transformassem e colocassem Portugal ao lado nas nações mais desenvolvidas. Para o cumprimento deste objectivo, faltava-lhe, contudo, o essencial, o dinheiro, o *caroço*, como lhe tinha chamado outrora Silva Carvalho, ministro da Fazenda

de D. Pedro IV. Cabral talvez tenha pensado em consegui-lo através do crédito. Mas isso era uma tarefa difícil, devido à conjugação de factores negativos. Por um lado havia as crises que afligiram a vida económica internacional e por outro existia a falta de confiança que a banca depositava no nosso país, sistematicamente atravessado por confusões políticas incapacitantes. É que sem sossego não há negócios que resistam e o crédito desaparece…

Costa Cabral resolveu então arranjá-lo onde imaginava que ele existia, isto é, no bolso dos contribuintes. Mas os sinais daquilo que estava para vir multiplicavam-se. Os boatos fervilhavam. Dizia-se que o governo projectava lançar mão da administração dos bens das Irmandades e das Confrarias e isso podia ser perigoso. Em Fevereiro de 1843, o Porto viveu horas de agitação com o comércio a encerrar as portas em resultado do protesto contra o imposto da décima industrial. Os habitantes de Braga desconfiavam da medida aparentemente inócua de pedir aos moradores uma declaração em que dissessem cada um a sua morada, nome de rua e número da casa, o seu nome, idade, ofício e os filhos que tinham e o emprego deles e as suas idades – (*João Baptista Vieira Gomes, Volume 5)*. Em 1844, o mesmo autor referiu desordens e guerrilha em Fafe, situação que obrigou ao envio de tropas.

> "Ocupa o entendimento das autoridades uma guerrilha incorporada à de Fafe e já se dá encontro entre ela e a força para ali destacada; e suposto não convir à autoridade falar verdade, contudo se evidencia teve lugar mortos e feridos e se acharem em Guimarães."

A agitação não sensibilizava os Cabrais. O desespero popular não os comovia. As leis lesivas dos interesses populares imediatos repetiam-se. Os Diários do Governo repisavam. Em 5 de Agosto de 1843, no seu número 182, o *Diário do Governo* vociferava:

> "Por espaço de 10 anos a contar do princípio do ano económico futuro, todos os portugueses do sexo masculino do continente do Reino, contribuirão para a abertura, melhoramento e conservação das estradas (…) com a quantia de 100 reis em casa três meses, sendo permitido a quaisquer dos contribuintes remir a dita quantia de 100 reis por um dia completo de trabalho prestado às obras das mesmas estradas."

No início de Dezembro de 1845, nos números 283 a 287, a folha oficial projectava a cobrança de impostos para um novo patamar. Dizia-se:

> "Artigo 24 – É obrigatório para cada Comissário de Saúde: 1 – Opor-

> se ao enterramento de cadáveres nas Igrejas, ou em qualquer lugar que não seja o Cemitério Público, reclamando quando preciso for, a intervenção da autoridade administrativa. (…) 3 – Arrecadar o preço dos bilhetes de enterramento e remeter mensalmente o seu produto ao Vice Provedor de Saúde. (…) Artigo 186 – Todo o indivíduo que transgredir as disposições deste decreto, concorrendo ou consentindo no enterramento de cadáver que não for acompanhado do competente bilhete de enterramento, ou ordem do magistrado, será punido com 3 meses de prisão." (…) "Artigo 226 – O bilhete de enterramento custará: (…) §2 – Nas outras cidades ou vilas que tiverem 3000 habitantes os mais - 600 reis. §3 – Em todas as cabeças de concelho – 240 reis. (…) §5 – Nas aldeias e freguesias rurais e quaisquer outras povoações – 100 reis. §6 – O custo do bilhete de enterramento dos menores de sete anos será metade da taxa respectiva. (…) §9 – Nas terras onde o Cemitério Público se não tiver estabelecido dentro do prazo que o governo marca, custará o bilhete de enterramento o triplo da taxa correspondente até que haja Cemitério e nele se façam os enterramentos."

Eram as chamadas Leis da Saúde, que para além de colidirem com a carteira dos contribuintes, punham também em causa crenças populares enraizadas, especialmente das mulheres, presas à ideia de que a salvação das almas só seria atingida se os corpos dos defuntos estivessem em comunhão espacial com Deus*, dentro* das Igrejas.

Para muitos, as esperanças começaram a residir na vinda de um messias, materializado na pessoa do príncipe proscrito. Camilo Castelo Branco concretizaria esse desejo em *A Brasileira de Prazins*, criando um falso D. Miguel em S. Gens de Calvos com o nome de Veríssimo Borges Camelo de Mesquita. Este episódio correspondeu efectivamente a um acontecimento real, relatado por *João Baptista Vieira Gomes* no *Volume 6* do seu manuscrito. Vejamo-lo:

> "Teve ocasião de se vangloriar ela (*a cadeia*), e o governo civil com a prisão do suposto D. Miguel: chegou ao Governo Civil a notícia denunciada que na freguesia de S. Gens aparecera um quidam que se inculcara D. Miguel, por cujo motivo fazia graças, exigia direitos e retomava sobre si os cuidados dos povos. Imediatamente é mandada aprontar uma força de tropa e mandada em diligência àquela freguesia na noite de 9 para 10 de Maio. Chegou a capturar em casa do Abade o tal homem, alcunhado D. Miguel, e com a presa se recolheu no dia 11 de manhã. Apenas apresentado ao Governador Civil foi ele inquirido sobre o seu porte e da frescura com que respondia se concluiu ser impostor o tal indivíduo. Entre muitas inquirições curiosas que satisfazia com energia mostrou que nunca incitou os povos à rebelião e posto que fazia graças recebia dinheiro e outros donativos que os povos lhe davam, era agência, e indústria para viver e quando lhe pediam a mão para a beijar, a franqueava prontamente, em cuja relação, nem mostrava vergonha, nem receio; pelo que foi remetido à cadeia."

No dizer de Camilo Castelo Branco, a corte de D. Miguel em S. Gens de Calvos nasceu na segunda-feira de Entrudo de 1845… Curiosamente, os dois autores diferiram no destino que reservaram ao seu protagonista. Embora ambos o apresentem isento de processo, Vieira Gomes envia-o para Lisboa e Camilo localiza-o a desfrutar de um emprego público, titular de uma fiscalização rendosa dos tabacos e sabão em Trás-os-Montes.

A MARIA DA FONTE

Em 6 de Abril de 1846, o *Periódico dos Pobres no Porto* publicou uma notícia surpreendente sobre Braga:

> "Tendo saído desta cidade para a Póvoa de Lanhoso alguma força do Regimento de Infantaria 8, para conter uma bernarda feita, segundo dizem por mulheres, ouvimos dizer que o motivo fora pretenderem sepultar, sem extrair licença do regedor da respectiva paróquia e que efectivamente sepultaram à força, ou um homem ou uma mulher. Neste caso, mesmo que de pequeno vulto, é necessário que o governo de Sua Majestade esteja alerta, pois que os inimigos da ordem pública de tudo lançam mão."

Nas *Memórias de Braga, João Baptista Vieira Gomes* é menos lacónico e mais ardente:

> "Concorreu em Fonte Arcada um mortório de uma mulher e era necessário sepultá-la. Dependia este acto da licença do regedor e autoridade de saúde de que se pagava um soldo crescido; e como a casa da morta não quisesse ou não pudesse, se propuseram certas mulheres a repudiar o pagamento e correr por sua conta o acto. Correram diligentes à Igreja, promoveram ao mesmo pároco o destino que tinham, souberam do mordomo da Igreja o lugar da sepultura e sem autoridades abriram a cova. Ao tempo se excluíram o pároco e mais homens porque não desobedeceram, porém a tudo anuíram, só não desculparam ao pároco a encomendação. Aprontou-se o lutuoso préstito e quatro conduziram o corpo morto à Igreja, acompanhando-o outras com tochas e cruz; e assim entraram no templo em ocasião de confissões onde concorriam vários clérigos exercitando o ministério sagrado da confissão. Pelo acontecido se alvoroçou aquele povo; porém as mulheres sossegaram tudo declarando que naquele lugar não houvesse nada; e obrigando ao pároco a encomendação e enterrado o corpo se dissolveu o grupo mulheril. Vindo isto ao conhecimento do Administrador, se moveu este a proceder com diligência não só a desenterrar o corpo mas em autuar os cúmplices. Prevenidas as mulheres trataram de tanger o sino da Igreja a cujo toque acudiu o povo mulheril em quantidade, porém armado de toda a qualidade de armas e concorrendo à Igreja, já nela

> não havia autoridade alguma e aquele que fosse mais tardio apanhou pancadas e deste andamento ficou incólume o templo. Entre a fuga e não fuga algumas mulheres caíram na prisão e foram conduzidas à cadeia da Póvoa. Sabendo-se entre as maiorais mulheres que algumas tinham sido presas, correram à cadeia e forçando-a puseram livres as presas e se declaram perseguidoras dos que as ofendessem. Todo este enredo amedrontou as autoridades que para se conservarem exigiram força que marchou oculta a fim de obrarem. Sentindo porém que a força tinha chegado à Póvoa eram as mulheres postas em campo armadas e em colunas sobre os montes apupando a tropa e convidando-a ao combate. A tropa tinha ficado em frente ao corpo mulheril, mas estático e se conservou algum tempo, caçoando e tratando mal a tropa, não só de palavra, mas até de obra, quando era então requerida mais força. Este facto novo é referido com a maior frieza, porém tem-se multiplicado a energia pelas freguesias circunvizinhas e se coadjuvam mutuamente, de sorte que a indisposição dos povos está declarada e são 7 de Abril e ainda se encontra no campo a força."

A questão dos enterros foi o grande motor que pôs os populares em movimento. Tratava-se de algo que sensibilizava sobretudo as mulheres, mais prisioneiras do imaginário religioso. Mais de dez anos depois, a *Atalaia Católica*, jornal que reflectia as ideias dominantes do Paço, ainda defendia os enterros nas Igrejas, embora usasse argumentos modernos:

> "Está provado que os enterramentos nas Igrejas atacam a humanidade? (…) Segundo as mesmas teorias, naquelas povoações onde o uso do enterramento nas Igrejas for mais geral e frequente, deve necessariamente ali respirar-se um ar mortífero, pois que a sua atmosfera há-de forçosamente estar sempre impregnada dos pútridos miasmas que as sepulturas incessantemente exalam. Ora Braga esta pequena, mas belíssima cidade, jardim do nosso Portugal, contém nada menos do que trinta ou mais templos, cujas sepulturas estão quase sempre cheias de cadáveres (…) Que cidade haverá onde se respira um ar mais puro, mais sadio, mais higiénico?" – *Em 3 de Novembro de 1856.*

Sem consciência da delicadeza da missão em que estavam envolvidos, alguns soldados enviados para a Póvoa de Lanhoso, ainda por cima armados e provavelmente imaginando com isso que os pobres campónios estavam mais impressionados do que realmente acontecia, adoptaram uma postura que poderia pôr em causa o objectivo da sua presença no local.

> *"*Consta ainda que a tropa se encontra aquartelada pelos moradores daquele concelho e que dentre eles se achava um ou mais soldados em casa de um lavrador que lhe aprontou algum bacalhau por ser tempo de

abstinência, pelo que a tropa se opôs exigindo carne. Mostrou-se ofendido o patrão e que era o seu alimento, conforme mandava a sua lei, *porque era cristão e estava persuadido que estava com cristãos*; porém se eles não eram que assim o dissessem. Terminou o tropa sustentando a requisição de carne e acrescentou queixando-se a seu comandante que marchou ao casal momentaneamente e examinando a rixa obteve em suporte a mesma arenga referida, assegurando o patrão que se o apresentado não chegava, havia mais de igual natureza, cuja apresentação sustentou a sangue frio. A consequência, foi ser maltratado o soldado e asperamente repreendido pelo comandante, pelo porte que praticou."

Aberta a caixa da contestação, parecia que ninguém a conseguia fechar. Nos acontecimentos da Póvoa de Lanhoso foram presos um homem e duas mulheres. E no trânsito para a cadeia de Braga os populares tiveram a ousadia de os libertar, não se tendo atemorizado pela presença das forças militares. O medo dos ajuntamentos populares fez a sua aparição e, espantosamente, as autoridades resolveram suprimir parte do programa das festas da Semana Santa:

"Por estes e outros acontecimentos se deu dispensada a Mesa da Misericórdia de cumprir a procissão costumada dos Fogaréus, cuja opinião louvou muito o Administrador Geral Murta: Contudo se solenizou com aparatoso asseio, o ofício da Semana Santa na Catedral, a que assistiu o Arcebispo." (*Memórias de Braga*)

Infelizmente para as autoridades, o vírus da contestação ia-se multiplicando. Mais adiante, o Dr. Chasco refere:

"Parece que a tinha se apega. Na freguesia de Soutelo se comoveu o povo de união com as freguesias limítrofes da Lage, Loureira, Barbudo e Turiz, opondo-se ao pagamento da licença para o enterro de um defunto em Soutelo, ao que de pouco valeu a condescendência do Abade a seu respeito, de sorte que ele voltou a dar parte do acontecimento e o povo ficou em efervescência. Por não se poder somar a rebeldia do povo à satisfação da multa do Delegado de Saúde Pública, teve ele a resolução de se demitir do emprego e dizer um adeus à conveniência."

Os problemas, aparentemente circunscritos na esfera dos enterramentos, atingiriam rapidamente um nível superior, bastante mais perigoso.

"Em o dia 14 de Maio (*O Dr. Chasco deve ter-se enganado, pois o mês só pode ser Abril…*) pelas 8 para as 9 horas da manhã se pôs a cidade em alarme por uma força de povo que em montão entrou pela Cónega

acima, marchando ao toque de um tambor e dirigindo-se ao quartel do Pópulo, trataram mal o sentinela e descarregaram alguns tiros pela porta dentro. Este acontecimento perturbou o corpo militar inesperadamente e tratou este de se pôr na ofensiva, já municiando-se com o necessário desvelo, já objectando à agressão, saltando pelo muro da quingosta do Pópulo. Conhecida a força da agressão e reunida a força do 8, acometeu a força agressora que imediatamente se dissolveu retirando-se, deixando ficar nas ruas alguns mortos; porém como o povo era muito foi perseguido pela Cónega abaixo e dando sempre fogo de retirada até S. Jerónimo onde fez a tropa alto. A refrega durou até ao meio dia, o desassossego da cidade foi visível porque se conheceu revolta meditada. As autoridades se acoitaram no quartel porque conheciam que a perseguição era contra elas. Entre o susto e o perigo evidente, se conheceu que o motivo da religião era a multa para os enterramentos, a distribuição dos bilhetes para a Décima, cujos artigos os povos das freguesias de Prado, Lage, Turiz e demais vizinhas do rio Cávado não puderam levar à paciência e por semelhante forma pediam a extinção."



O antigo convento do Pópulo onde se aquartelava o Regimento de Infantaria 8 durante a Maria da Fonte. (Desenho do Dr. Chasco de 1834)

E depois veio o cerco da cidade que sofreu um ataque do lado de Cabanas, entrando o povo pelas Palhotas e Chãos de Cima.

> "Corre a tropa àqueles lugares e em um tiroteio porfiado repeliu a agressão até ao lugar da Ponte das Tripas, onde sem medo se postou o povo. (…) A tropa não avançou por ser em pequena quantidade e cuidou em prevenir-se para o mais que pudesse ver. Decorreu o resto do dia e sobreveio a noite, ficando tudo em susto. Porém, felizmente não se alterou o sossego da noite." (*Memórias de Braga*) "No dia seguinte continuou o alarme com receio de que fosse invadida a cidade por aquele lado (*Guimarães*). E com efeito se observou no alto do Monte da Forca alguns homens altos e visivelmente armados passeando pelo mesmo monte. (…) Esta observação principiou ao meio dia e neste momento se moveu o corpo do 8, distribuindo-se em piquetes e vedetas pelas ruas dos Pelames e Águas."

A tropa deslocou-se ao Picoto onde se notavam homens armados. Também houve tiroteio em Ferreiros.

> "Conseguintemente está a cidade em estado de sítio e em receio de invasão por todos os pontos, assim como o corpo do 8 está em observação a todos os pontos para obrar como puder. (…) Como esteja a cidade em susto e ameaçada por todos os pontos, correu um rebate, anunciado pelos sinos do Bom Jesus que incessantemente proclamava reunião de força, e pelas duas horas da tarde se declarou tiroteio com as vedetas nos arrabaldes da cidade para o nascente. Este se aumentou e travou na Rua da Régua, (*actual Rua de S. Vítor*) mais vivo e mais efectivo até às seis horas da tarde, deixando de continuar por se acabar a munição aos agressores." (*Memórias de Braga*)

No meio de toda esta confusão, os empregados públicos temiam pela sua sorte.

> "O semblante de todos os empregados era sensivelmente desfigurado, amarelo e meditabundo. Por ocasião do dia domingo 26 de Abril se fizeram chamar todos os empregados e se lhes fez certo o alistarem-se e armarem-se. Ao concurso e chamamento foram prontos. Porém ao armamento se têm escusado alguns por doença e mais causas." (*Memórias de Braga*)

A situação na cidade era insustentável. A Câmara Municipal fez uma última tentativa de pacificação. Dirigiu uma proclamação aos habitantes, em 15 de Maio:

> "A Câmara Municipal de Braga tendo presenciado os graves acontecimentos que têm ocorrido nesta província e sensível às desgraças a que eles têm dado causa, não pode numa tal conjuntura tornar-se indiferente no

> meio da pública ansiedade; e é por isso que faz ouvir a sua voz de paz entre os povos do seu município e circunvizinhos, pedindo-lhe que se recolham às suas casas e que nelas aguardem pacíficos o resultado das medidas que a mesma Câmara vai tomar de combinação com as autoridades civis e militares. Uma representação vai ser dirigida a Sua Majestade a Rainha, fazendo-lhe ver os desejos dos povos desta província e as necessidades que se julgam carecer de pronto remédio e ela não deixará de atender tudo o que for justo e compatível com os interesses gerais. Pois é por este meio que se devem conseguir as grandes mudanças e não com as armas na mão, derramando o sangue dos nossos irmãos. Esta Câmara *sempre solícita em promover o bem do povo*, tem direito a ser acreditada e espera que o mesmo povo usando do seu bom juízo, desista da empresa temerária de atacar a cidade e as autoridades porque o que se pode conseguir por meios pacíficos, não se deve procurar pela violência, sempre funesta a todos: espera pois pela resolução de Sua Majestade que deve ser muito breve e favorável, sem dúvida, às vossas necessidades." – (*Correspondência para Diversos de 1846-51*).

Se repararmos bem, a Câmara ofereceu ao povo uma mão cheia de nada. Prometeu-lhe uma representação ao governo e pediu, em nome de uma imagem muito discutível de entidade sempre solícita na promoção do bem do povo, que este fosse para casa. A Câmara, trataria de tudo…

A situação de Braga não era caso único. Em várias terras aconteceram golpes militares que conduziram à criação de Juntas Governativas, mais ou menos ligadas aos setembristas. Era preciso dar um sinal aos populares de que havia alguma justiça nas suas reivindicações. Talvez assim fosse possível o regresso à normalidade. Foi isso que aconteceu no Porto, Coimbra, Viana e várias localidades de Trás-os-Montes. Nestas terras não houve hesitações e todas as autoridades agiram de acordo com princípios comuns. Braga seguiu-lhes o exemplo, embora sem haver unanimidade. No dia 17 de Maio de 1846 o Governador Civil promoveu uma reunião das autoridades civis e militares e dela saiu a Junta Governativa. Simplesmente o general comandante das tropas da província, Visconde de Valongo, só muito instado aceitou que a Proclamação incluísse as expressões "Abaixo o Ministério, modificação dos tributos". Afirmava que não era um revolucionário.

Ao ser conhecida pelos populares esta resistência dos militares, a acalmia não aconteceu. *João Pinto Roby*, secretário da Junta, relatou na sua *Exposição Analítica do Pronunciamento*, a vertigem dos acontecimentos:

> "No dia 18, conquanto a hora dada para a reunião da Junta fosse a das 9 horas da manhã ainda não eram 8 e já ela se achava reunida nas casas da Câmara. Ali apareceram logo o coronel Ferreira, (*o nosso conhecido Trinta Diabos*…), e o Governador Civil, que a Junta convidara a Conselho. Apresentou-lhes a Junta o quadro do vertiginoso exaspero das massas armadas nos subúrbios da idade, os quais insistiam em vir a Braga. (…) Uns e outros destes indivíduos declararam ser tal o estado de exaltação das massas, que lhe era impossível contê-las e dirigi-las; que a animosidade rancorosa das massas contra o Regimento existia, se não mais violenta, igualmente indomável e irreprimível, o que bem transpirava do mesmo ofício que, do acampamento popular do Bom Jesus do Monte trouxera um dos indivíduos, no qual se exigiam à Junta medidas contra este corpo e alguns dos seus oficiais, que a Junta não só não tinha por necessárias, mas que tinha por inconvenientes. (…) O próprio coronel Ferreira, com a franqueza e lealdade com que sempre falou à Junta, também lhe declarou que quando no domingo (*dia 17*) saíra das casas da Câmara e falara aos seus soldados reunidos em parada, conhecera a animosidade de muitos deles. E que julgava dever ser tão franco, que declarava mais: que conquanto soubesse que os seus soldados o amavam e respeitavam, não sabia se teria forças para contê-los, se houvesse uma qualquer provocação."

O coronel Ferreira propôs então como solução o abandono militar da cidade. Achava que assim talvez pudesse ser promovida a pacificação. Mas a isto respondeu o Presidente da Junta (*general visconde de Valongo*), afirmando que partiria com aquele Regimento. Assustada, a Junta opôs-se a que tal hipótese se concretizasse. Ir embora poderia ter consequências terríveis com a cidade a ficar entregue aos descontrolados.

> "Porém, os membros da Junta recusavam-se a medidas enérgicas, temendo que uma desinteligência entre eles e as paixões e caprichos das massas as levasse a *incendiar-lhes e a destruir-lhes as propriedades rurais*." *(João Pinto Roby, Exposição Analítica do Pronunciamento*).

O secretário da Junta, autor da exposição anterior, resolveu então elaborar uma Proclamação dirigida aos habitantes da província do Minho, que no seu entender responderia às necessidades de clarificação exigidas pelo momento. Não teria êxito. Os outros membros da Junta negaram-se a assiná-la, receosos dos termos vigorosos que foram considerados excessivos. É que se pedia aos povos armados que dispersassem e que recolhessem tranquilos ao seio das famílias.

> "A verdade é que o terror se apoderara da Junta e assim, no final daquela reunião, na manhã do dia 18, os seus membros se retiraram, deixando sobre a mesa os ofícios em que resignavam as suas funções. Ainda no mesmo dia de tarde, eles voltaram a reunir-se, Mas João Pinto Roby já não assistiu, pois demitira-se também do seu cargo de secretário" – (*Aníbal Mendonça, Ao Compasso das Semanas*).

Podemos dizer que a Junta bracarense foi um nado-morto. Mostrou-se incapaz de executar as finalidades para que tinha sido criada. Deve ter sido caso único, se levarmos em conta as informações que possuímos, retiradas do *Periódico dos Pobres no Porto*.

A Junta de Braga estava prisioneira de uma contradição insolúvel. Era simultaneamente incapaz de apelar ao regresso das populações a casa e de anunciar alguma coisa, suficientemente apelativa, que as levasse a concluir que a retirada era o melhor caminho. Estavam preenchidas as condições para uma grande catástrofe, que só por milagre não aconteceria…

O Padre Casimiro referiu as razões que o levaram a descer do Bom Jesus até à cidade. Disse que foi pressionado pelos chefes setembristas.

> "No dia 17 de Maio, sem me terem prevenido com antecedência, nem me terem contado coisa alguma, disseram-me, próximo à noite, que estava a paz feita e que só restava irmos a Braga dar os "vivas" - (*Apontamentos para a História da Revolução do Minho*).

Quer as coisas acontecessem devido a uma imprudência incompreensível, quer tivesse havido traição preparada e consumada ou ainda que tudo tenha sido consequência de pressão dos populares, desejosos de mostrar a sua força e determinação, o que é certo é que os acontecimentos seguintes poderiam ter resultado em centenas de mortos.

João Baptista Vieira Gomes diz-nos algo semelhante.

> "Os povos estacionados no santuário desceram impávidos e divididos em partidas e se postaram nos fins das ruas da cidade em especulação da resistência do Batalhão 8; porém os piquetes que estavam nos boqueirões se recolheram ao quartel pela uma e meia e o povo armado se aproximou mais à cidade sem algum medo, ficando contudo pelas avenidas alguma força. Até este ponto ocupava o povo os pontos da Sr.ª A Branca, Abraão, Ponte e Monte de Penas e cresciam as vedetas até ao interior."

A tropa mostrou-se no Campo da Vinha e o povo avançou em pelotões cerrados, ocupando o Campo de Sant'Ana (*actual Avenida Central*).

> "Vinha armado de paus e outras armas próprias de paisanos que estacionando-se em volta demonstravam mais uma romaria que resistência." (…) "Os povos da cidade se clausuraram em suas casas e outros retiraram a algum posto salvo e mais se alarmou quando viram espalhados piquetes do Regimento 8 pelas ruas em defesa."- (*Memórias de Braga*). "Seriam 4 horas e no interior do campo se ouve um inadvertido e inesperado tiro e momentaneamente se assentou aquele acampamento e se origina a fuga do povo buscando asilo seguro. Desta maneira se intimidou tudo e em dissolução se pôs cada um, originando-se um tiroteio desordenado, em fuga toda a força. A esta desordem se seguiu a aproximação da tropa, mais em perseguição que em pacificação e teve origem um tiroteio regular entre os paisanos e a tropa e se espalhou por toda a cidade e por todos os pontos por onde se suspeitava retirada, que durou até à noite. (…) O Campo de Sant'Ana ficou juncado de chapéus e calçado porque cada um se salvou o mais pronto que pôde; mortos se contam 2 paisanos e da tropa dois soldados mortos, um oficial e alguns feridos; e seriam 7 horas e seguidamente se desalojou o povo da cidade daqueles pontos por onde o acaso os albergou e ficou em solidão a cidade, porque a tristeza de apossou de todos os ânimos." (*idem*) (…) "Há opiniões do lugar donde saiu o tiro, e tal foi, nem podia deixar de ser sinal, por se evidenciar ser de pequena carga e arma: acreditam uns ter saído d' entre a força; outros dos que a acompanhavam; e outros de lugares vizinhos à força: há provas para todas as opiniões e por isso decidida traição." (*idem*)

Perdera-se a grande oportunidade de pacificação. E a pressão popular continuou. O correio era interceptado. O trânsito de tudo o quer fosse útil era proibido. Corria que os moinhos do rio Este iriam ser destruídos. As deserções multiplicavam-se. As ameaças aterravam, como aquela que apareceu em S. Vítor, onde se aconselhava a tropa a abandonar voluntariamente a cidade, sob pena de ter de o fazer à força. De noite, os piquetes militares eram atacados. Ainda por cima havia desinteligências entre os soldados do Regimento 8 e os de Caçadores 13. Sem contactos com as forças populares sitiantes, a imaginação fervilhava. Iriam atacar? Iriam tentar vencer pela fome? Cortariam também a água? Até que finalmente chegou o dia 20 de Maio. Acossada pela situação, a rainha cedeu, demitiu o governo do duque de Terceira, de que Costa Cabral fazia parte, e nomeou o duque de Palmela para primeiro-ministro.



O Padre Casimiro José Vieira,
auto intitulado Defensor das Cinco Chagas

E em 28 de Maio aconteceu o episódio das vacas, importante não apenas pelo curioso da situação, mas também porque significou o princípio de alguma distensão. Quem o relatou foi o cronista de sempre, o *Dr. Chasco*. Segundo ele, o coronel fazia negócio de agricultura e é daqui que nasceu este episódio. Trata-se do *coronel Ferreira, conhecido como o Trinta Diabos*.

> "Neste uso tinha o coronel todos os utensílios necessários, bem como bois, vacas e porcos. Neste movimento militar e em razão da falta de pasto, pôde o coronel obter de um proprietário de S. Martinho, o transporte e pastagem das vacas. Em um dia dos da perturbação popular, e com o enredo e disfarce de mulheres de mantilha, puderam passar pelos piquetes os heróis que chegados ao lugar onde andavam as vacas e encafuadas as conduziram ao Bom Jesus, onde as guardaram até hoje. Chegada a notícia ao coronel que as suas alegres vacas estavam em poder daqueles povos, tentou resgatá-las e como não pudesse por meio de fogo, abriu correspondência para com ela as obter. Foi respondido, confessando que as vacas ali se achavam e lhe seriam entregues, se entregasse as armas que tinha em seu poder e também algumas bestas que tinham embargado e detinham. Consta que se solenizou a troca e cada um retém o que é seu." (*O Padre Casimiro tem uma versão ligeiramente diferente. Diz que devolveu as vacas ao coronel e não refere qualquer troca.*)

Apesar dos sinais que indicavam agora maior descompressão, esta não foi imediata. Os miguelistas capitaneados pelo Padre Casimiro, continuavam em cena. O padre, entretanto separado da guerrilha setembrista que continuou estacionada no Bom Jesus, rumara para as Sete Fontes e resolvera cortar o abastecimento da água.

> "Se pôde conhecer algum prejuízo em os aquedutos que a transmitem, e que se não ignora estar cortado junto da nascente pelas forças do povo; em consequência do que a força de tropa quis restituir, porém não pôde."

Mas a seca duraria pouco tempo…

> "…por intervenção de Lourenço de Magalhães que como provedor do Hospital se moveu interceder por aquele alimento, àquela força que lhe embargava a corrente. (…) E já não aconteceu assim a exposição que o Arcebispo fez aos mesmos povos, pedindo água para o seminário dos órfãos." (…) "Porém estes (*Os doentes*) com mais razão serviram de escudo para o remédio geral e foram mais próprio íman para conquistar a rígida praça do povo aguerrido."- (*Memórias de Braga*)

E a paz chegou finalmente. Por Alvará do Governo Civil, de 4 de Junho de 1846, a Câmara foi dissolvida e substituída por uma Comissão Municipal. As novas autoridades elaboram uma Proclamação dirigida às populações. Aos párocos foi solicitado que a lessem por ocasião da missa conventual. Prometia severa economia, respeito pelos direitos sagrados dos povos, religiosamente respeitados e a elaboração futura de uma representação à rainha, a fim de que se adoptem os meios que garantindo a segurança do povo, ao mesmo tempo restituam o sossego e a tranquilidade, *sem o qual não há governo possível* – (*Livro de Correspondência para Diversos de 1846-51*).

A chave que amansou a fera popular terá sido este reconhecimento dos direitos dos povos. O tom do discurso tinha agora muito maior proximidade. Não era nada comparável com a aridez da proclamação camarária de 15 de Maio. A presença de novas caras, não comprometidas com o velho cabralismo, terá sido outro factor determinante. A Proclamação da Comissão chegava ao ponto de prometer que seria franca e leal e pedia aos concidadãos a sua coadjuvação, sujeitando à censura pública os actos da sua administração, pois que ambicionando seguir a opinião pública, não se envergonhava de reformar qualquer das suas deliberações, quando estas não fossem aceites e abraçadas pela opinião geral.

A tarefa que competia à Junta criada em Maio, estava finalmente executada. Só que foram outros a realizá-la. À boa maneira bracarense, ainda desta vez foi necessário o peso de uma autoridade superior externa, *o Governo Civil*, para que a solução raiasse.

A *certidão de óbito* da Maria da Fonte foi oficialmente passada no dia 9 de Junho, com a entrada do general Barão de Almargem na cidade.

> "Logo que o Almargem entrou em Braga, todos os comandantes populares da volta da cidade deixaram os acampamentos, e entraram também, menos eu, que bem conhecia que era uma farsa, e combinação das seitas, para ficar tudo como até ali, com a mudança apenas de pessoas." – (*Apontamentos*, *Padre Casimiro, p.70*).

O Barão era acompanhado por batedores na frente e força na sua retaguarda, toda de povos armados, que se postou em S. João da Ponte. Marchou para o interior da cidade, animoso, escoltado de seus amigos de Guimarães.

> "Até ao sítio da Ponte de Guimarães o acompanhavam os comandantes das forças populares do poente, meio-dia e nascente, e dali partiram para os seus pontos para obrarem sobre a cidade conforme as circunstâncias. O préstito caminhou pelas ruas da cidade até ao Campo de Santana, onde o esperava o Regimento 8. Apenas apeou na estalagem lhe foi oferecida uma guarda d' honra, que não aceitou e se recolheu tudo a quartéis. Foi perturbado este acto com alguns tiros em Guadalupe e arrabaldes de S. Vítor e Maximinos por alguns empregados anteriores que ciosos dos movimentos populares diligenciavam e promoviam por semelhante modo a desordem." (…) "Concorreram à voz do general Barão d' Almargem, os comandantes das forças populares." (…) Fizeram retirar dos seus pontos o povo que trocou o aspecto guerreiro por outro mais pacífico; o que foi visto, manifestando-se já a franqueza em todos os trânsitos e cantões da cidade." – (*João Baptista Vieira Gomes, Memórias de Braga*).

Infelizmente para todos aqueles que amavam o *sossego*, a atrás referida certidão de óbito não era verdadeira, como veremos mais adiante…

O conde das Antas, comandante setembrista das forças militares da província do Minho, deve ter imaginado que podia sair de toda aquela confusão aureolado de herói pacificador. Faltava-lhe apenas mostrar que controlava o chefe guerrilheiro miguelista mais conhecido, o Padre Casimiro, e publicitar esse controle. Dirigiu-se a Vieira para tentar convencê-lo a apresentar-se em Braga. E teve êxito. Que

razões terão feito o padre a anuir à sua participação no espectáculo da pacificação? Ouçamo-lo:

> "Fiquei então perplexo e pensativo por muito tempo, a meditar em caso tão melindroso, e que eu supunha sempre de funestas consequências, qualquer que fosse a solução que lhe desse. Por uma parte lembrava-me que, metendo-me entre tal gente era em breve e infalivelmente assassinado; e nunca esta lembrança aflitiva me saía da memória, e era a que mais me atormentava. Por outra parte sabia, que a Quádrupla Aliança estava em pé, e que com certeza havia de estorvar a volta do Senhor Dom Miguel a Portugal, e bem eu pressentia, que se trabalhasse para a sua vinda. Via mais, que de todo o reino era eu o único comandante, que não tinha cedido, e que por toda a parte de Braga para baixo todo o povo ou com vontade ou sem ela estava sossegado, e as autoridades montadas, e funcionando, e que só de Braga para cima não funcionavam. Estava também convencido de que o Antas não tirava a tropa de Vieira, e que pouco ou nada lhe importaria (…) a desgraça da terra, e a miséria desta gente, e que isto havia de produzir aflição no povo, e que, para o fazer sair tinha eu de me bater com o exército regular de todo o reino, e isto sem possuir munições, nem dinheiro algum para as comprar, quando a tropa tinha tudo em abundância. Afinal, vendo que a resistência era sem esperança nenhuma de bom êxito, e que me não era fácil sair do reino sem ser apanhado, e por consequência assassinado, e que todos, em geral, estavam convencidos de que eu devia apresentar-me, e que nisso estava a minha felicidade, decidi entregar-me à ventura, mas bem triste, e convencido, de que pouco tinha a viver, porque o menos que me esperava era uma dose de veneno, e acompanhei então para baixo a tal súcia, que tanto se empenhava na minha felicidade. (*Padre Casimiro, Apontamentos*…)

O cronista *João Batista Vieira Gomes*, apesar de miguelista, foi impiedoso com o padre Casimiro:

> "É positiva a informação que o padre Casimiro tivesse entrevista com o arrogante Antas. (…) Decorria o dia 19 (*Setembro de 1846*) e tornaram-se infrutíferas as diligências dos especuladores porquanto o Padre não apareceu; uns coloravam a tardança com razões e outros confiavam na palavra. Com efeito pelas 4 horas da tarde do dia 20 se apelida a chegada do Padre Casimiro desejado, que façanhosamente se apresentou ao conde, ficando este exaltado, que recebeu com a urbanidade e familiaridade de amigos e passados poucos momentos o acompanhou ao Paço a mostrá-lo ao governador civil. (…) O hóspede entrou na cidade com toda a firmeza e intrepidez e pela direcção que seguiu dava a conhecer-se como Padre Casimiro, homem de palavra, ainda que alguns lhe urdiam orações fúnebres; os rapazes e alguma populaça o cercava e acompanhou até casa do fanfarrão conde, bem como ao Paço onde se demorou algum tempo. (…) Desde o momento da chegada do célebre Padre, jamais deixou o entendi-

> mento do povo são da cidade de formar juízos àquele respeito e de tudo se conclui que anteriormente foi farsista e actualmente é quixote. Por qualquer lado tem granjeado uma reputação escandalosa e se tem coberto de ignomínia, desafiando o ódio geral de todos. Ele já foi atacado em a digressão da sua missa ontem, com os ditos deslocados de maroto, tratante, que ele olhou com indiferença; porém atendendo aos sucessivos cumprimentos duvidou aquartelar-se em a casa de pasto Dous Amigos e preferiu a morada do negociante Leiria da Régua (*actual Rua de S. Vítor*) onde comeu e dormia; porém, algum povo, aglomerando-se à porta o insultaram de palavra e moviam a vir às mãos; estado este tão perigoso que o Padre, olhando-se como alvo da algazarra, tomou o partido de se evadir pelas traseiras da casa e fugido, escapou à morte que dedicada tinha." (*João Baptista Vieira Gomes, obra citada, Volume 7*)

E concluiu:

> "Que o padre Casimiro era de opinião estranha à verdade e sã moral bem se manifesta na sua chegada a esta cidade. Revestido do carácter de comandante militar, sendo eclesiástico e em tempo pouco calamitoso religiosamente; porém aguerrido civilmente, aliciador de um povo à carnagem sob pretextos civis, alheios do seu estado, à imoralidade e nem esta imoralidade o desafiou a compartilhar o seu prelado, quando se achou dentro das paredes do paço a visitar ou antes a apresentar-se ao governador Silvério! Concedo à repugnância por não vir em vestes decentes; igualmente não eram decentes, aquelas que o adornavam perante as pessoas a que se apresentou, ainda que amigos, e já relacionados: Finalmente o Padre Casimiro é tolo, foi e será." - (*João Baptista Vieira Gomes, obra citada, Volume 7*).

Relembremos que estas afirmações tão agressivas foram proferidas por um miguelista. Até o vestuário do padre foi motivo de crítica… Nem a sua condição simultânea de guerrilheiro e de padre lhe escapou… Abominando o Arcebispo que considerava um cabralista, o Dr. Chasco acusou o *Defensor das Cinco Chagas* de não compartilhar com o seu superior a actividade de rebelde armado contra os Cabrais… Que quereria o Dr. Chasco? Uma penitência? O reconhecimento de culpa?

A PATULEIA

Havia eleições marcadas para 11 de Outubro de 1846, mas não chegaram a realizar-se. O problema agudizara-se dias antes, quando a rainha cedeu às pressões do Duque de Saldanha, provavelmente

manobrado por Costa Cabral a partir de Madrid, onde vivia no seu exílio dourado, na condição de embaixador. Na noite de 6 de Outubro, Palmela foi chamado ao palácio de Belém, onde a Rainha lhe impôs a demissão, num acto que a História registaria com o nome de *Emboscada*. Assim desapareceram os frágeis equilíbrios nascidos da Maria da Fonte e principiou a grande confusão. À azáfama eleitoral sucedeu uma inquietação no *quartel* dos Biscainhos, residência do Conde das Antas, general setembrista comandante das forças militares da província. Amanheceu o dia sábado e com ele a notícia da rebelião de alguns corpos militares no Porto. Nesta cidade, o conde das Antas seria reconhecido como presidente da Junta Provisória. Braga colocou-se à margem da *Emboscada*, continuando a obedecer às anteriores autoridades setembristas dominantes no Porto.

Sigamos o relato das *Memórias de Braga, volume 7*:

> "Os corpos destacados pelas povoações vizinhas se reuniram na cidade e sem demora igualmente se puseram a caminho" (*Em direcção ao Porto*). (…) "A este movimento se seguiu o chamamento da polícia para se encarregar da segurança pública e esta mesma ordem foi comunicada a todos os regedores das aldeias. O célebre Montalverne, (*Cónego setembrista, uma verdadeira raridade… Era chefe de uma guerrilha daquela parcialidade que se chamava serzinos. Foi um dos 7.500 bravos do Mindelo.*) marchou também para o destino de reunir gente para o que prometia 120 reis diários e Bento Gomes (*outro chefe guerrilheiro setembrista*) e outros quejandos se retiraram para o mesmo fim, e na cidade se viu marchar o Regimento 7 de Infantaria dividido em destacamentos para o Pico de Regalados, Guimarães e Barcelos. (…) Não podia alguém considerar em particular qualquer destas espécies, porquanto a confusão dos actos confundia a imaginação; contudo apareceram éditos do Governo Civil para suspender a votação para deputados no dia domingo 11 e ao mesmo tempo o proclama do Conde das Antas a convidar os Batalhões do Minho para cooperarem de união com ele." (…) "Continuou o alarme na cidade que teve lugar por haver o governador Silvério recebido uma participação de que o concelho de Vieira se tinha proposto a uma rebelião miguelista." (…) "Está em azáfama o alistamento dos empregados e tem concorrido a ele os cabos de polícia e seus imediatos superiores; porém, apesar da promessa de 100 reis diários, (…) não alistam. Porquanto tem cada um a sua vida e sustento da sua família."

Mas o Governador Civil não desistiu:

> "Convidou ao Corpo da Bomba (*Os bombeiros*) para se alistar, levando-os pela mola da defesa da cidade às incursões e violências dos povos de Vieira que tentavam roubar a cidade; porém teve a desgostosa resposta de não e ficou perplexo no que faria." (*Dr. Chasco, obra citada, volume 7*)

E principiaram as movimentações do cónego Montalverne e dos seus serzinos, nem sempre com sucesso.

> "O enérgico Montalverne (*cónego setembrista*) se determinou a sondar a efervescência que se agoira estar no concelho de Vieira, porém a sua especulação é divina e não se alonga muito do Bom Jesus: ele com os seus adeptos tem promovido e desafiado os bravos de Vieira para ver se verifica algum encontro das forças; porém os povos mais matreiros zombam dos laços. Ele, fiado em si e na opinião apregoada pelos seus, o conduzem a entranhar-se pelas brenhas, de sorte que não pôde escapar e foi agarrado, sendo infrutíferas as lamúrias que produziu. Esta nova chegou à cidade em o dia 16 e já em o dia 17 se agourava mal da descoberta porque não se recolheu o valente cónego, nem tem recolhido algum dos seus serzinos; dando motivos sobejos a algum extraordinário acontecimento. Em dia 19 preencheu a expectação de todos, vendo-se alguns serzinos em grande parte com sinais de desconcerto infeliz porque se tinham retirado de noite ao seu quartel do Sardoal, uns muito feridos, outros muito rotos e outros empenados, dando a conhecer o triste incómodo que encontraram no Carvalho. O seu general Alberne igualmente acompanhou a força e desmentiu a voz de prisão, porém não quis retirar-se de dia à cidade, para não se mostrar a pé sem chapéu e sem capa, e cavalo por lhe ter ficado ferido no campo. (…) Refere-se que positivamente morreram oito, fora os desertores."

E também a tropa regular não foi bem recebida…

> "Em 21, pelas 5 horas recolheu-se a tropa do 15 que tinha marchado ao concelho de Vieira e se mostrou em estado miserando por vir coberta de lama e lodo em razão dos tortuosos e escabrosos caminhos daquele horizonte." (*Dr. Chasco, idem*)

O medo instalou-se na cidade. Tudo parecia fazer reviver os terríveis acontecimentos da Maria da Fonte. Até um incêndio criou pânico no povo. Imaginou-se que era um ataque das forças do padre Casimiro e tudo se pôs em alarme e segurança.

> "O povo, em retirada pela porta da Cárcova (*actual rua dos Capelistas, artéria central da cidade*) e demais ruas, aterrava outros e entre eles se viram os soldados do quartel do Pópulo em debandada a seguirem o mesmo lugar de segurança, chegando a própria sentinela a retirar-se e o oficial a tomar a vereda da Quingosta do Pópulo." (*Dr. Chasco, idem*)

Mas nada convencia os soldados da paz ao envolvimento.

> "No dia 23 reuniu a Companhia da Bomba para deliberar sobre o alistamento e de voz unânime todos escolheram a negativa."

Apesar de o governador Silvério ameaçar os bombeiros com a expulsão, mesmo assim continuava a recusa, extensiva às classes altas que também não se queriam alistar. E iniciou-se a perseguição aos cartistas.

> "Declarou-se a perseguição aos cartistas já em deportações, já em prisão e teve o Abade de S. João de Souto de sofrer uma busca em sua casa a fim de encontrar o seu irmão, Francisco Manuel Costa; porém não encontraram o melro. " *Dr. Chasco, volume 7*

Francisco Manuel Costa fizera parte da primeira comissão municipal saída da vitória liberal em 1834 e estivera envolvido no episódio da revolta dos Marechais em 1837. Seria mais tarde agraciado com o título de visconde de Montariol, nomeado Conselheiro e eleito deputado. Mas os cartistas não eram o principal problema. A grande dificuldade era o descontrolo das forças populares.

> "Por informações se veio a saber que algum povo armado transitava pela Ponte do Porto, mas para além; e por isso no dia 27 de manhã se dirigiu o Manso com 50 praças do 15 ao lugar de Pedrosos em Adaúfe a especular os acontecimentos e esta força foi rendida ao meio dia por outra de serzinos (*é a guerrilha do cónego Montalverne*), a qual se recolheu à noite, por se achar que a massa dos povos se retirara a Rendufe. No dia 28 comoveu-se a cidade em susto pela actividade que mostrou o governador Silvério em exigir das freguesias 20 homens para se armarem."

A ousadia dos populares aumentava, como nos diz o Dr. Chasco:

> "No dia 24 (*Novembro*) de manhã se desenvolveu na cidade um alarme de cuidado, porque alguns serzinos (*guerrilheiros do cónego Montalverne*) ao som do caminho do Carvalho em descoberta encontraram um grande piquete da força armada e tiroteando-o se puseram na defensiva, retirando-se e mesmo assim não escaparam senão debandando e o piquete os acompanhou até aos quartéis do Pópulo sempre em fogo. Como as tenções do piquete não eram apoderar-se da cidade, não se demorou e tomou o seu primeiro ponto depois de entoarem vivas a D. Miguel e ao seu general. Tudo ficou em alarme, declarou-se o terror entre os empregados e tomaram as de Vila Diogo, como foi o digno Silvério que precipitadamente montou a cavalo sem esporas e se retirou para o caminho do Porto, e outros."

Mas grandes mudanças estavam prestes a acontecer… Os miguelistas iriam substituir na cidade as forças setembristas que se retiraram para o Porto.

> "Alguns adeptos setembristas, marcharam para o Porto e diz-se que o resto anda em preparos (…) O reboliço geral e particular era notável e claro; e com efeito, de manhã no dia 27, sexta-feira, marchou tudo em montão para o Porto, não só o armado, como o desarmado, militar e quase militar (…) De sorte que pelas 10 horas do dia estava Braga limpa da imundície setembrista; e já em alguns pontos dos arrabaldes se deixavam avistar grupos de gente armada; que se dizia pertença da força popular miguelista. Neste estado de coisas olhavam-se os bracarenses tímidos, mas contemporizando e ajuizando no descarte da comédia, quando pelo meio-dia soou um repique de sinos do Santuário do Bom Jesus, cujo som despertou a sonolência dos habitantes, que imediatamente se puseram à tristeza, e em quase alarme indagavam a causa daquele toque e brevemente se soube que alguma força miguelista tocara aquele ponto e poucos momentos depois entrou pelo lado sul da cidade um grande piquete de gente armada acompanhada de um oficial estrangeiro (*Tratava-se de D. Santiago Garcia y Mendoza, oficial carlista nas lutas liberais espanholas*) e vários oficiais portugueses que desenvolvendo a sua alegria e entusiasmo proclamavam, no seu trânsito vivas a D. Miguel 1º que gostosamente eram correspondidos pelos habitantes, ainda que tímidos. Esta força corajosa se dirigiu ao campo de Sant'Ana (*Actual Avenida Central*) e dali ao Campo da Vinha, ao quartel do Pópulo que acharam fechado, mas com prontidão fizeram abrir por força, onde entraram oficiais e gente armada prevenida ao que sucedeu um sossego repentino com o desengano de alguma velada." (Dr. Chasco, Volume 7).

Lá encontraram 700 armas, pólvora, etc., tudo aquilo de que precisavam…

> "A entrada da força foi solenizada com repiques de sinos e foguetes de tiros e mesmo à noite." (Dr. Chasco, idem, Volume 7).
>
> Logo depois surgiria Macdonell com o grosso das tropas. (Trata-se de *Reginald Macdonell, general escocês, que durante a Patuleia esteve ao serviço como chefe militar da causa miguelista*).
>
> "A voz da chegada do comandante Macdonell era já sem dúvida e à sua espera se moveu a força do Abade de Priscos e à dianteira dele o general Garcia com mais oficiais e pelas 5 horas da tarde se fez visível e aparatoso e prazenteiro o general Macdonell vindo de Guimarães, que foi recebido em todo o trânsito com aclamações de todos os povos que se tinham apinhado à porfia e por entre vivas, repiques de sinos e foguetes foi recebido agradavelmente. Poucos momentos depois, seguia o general Macdonell e a força regular em número de 700 homens bem equipados de tudo, e sem o menor incómodo se aquartelaram bem como o general Macdonell."

Macdonell foi uma personagem muito controversa. No seu livro *Apontamentos para a História da Revolução do Minho…*, o Padre Casimiro aponta-o como suspeito de traição ou de inépcia. Camilo

Castelo Branco, na sua prosa impiedosa, indica-lhe outro defeito que já manifestava antes de entrar em acção, quando se encontrava refugiado numa quinta do Douro, supostamente a preparar as operações bélicas. Segundo ele, isso pode ter tido influência nas suas capacidades militares:

> "O escocês tinha no seu quarto certo número de garrafas escolhidas; e, quando aí pelas 10 horas saía do beliche, já trazia o conteúdo de uma no papo, e vinha vermelho como um tomate maduro. (…) Foi esta a sua vida até 12 de Novembro – três meses e cinco dias!" – (*Maria da Fonte, Camilo Castelo Branco*).

Infelizmente para os realistas, a situação em Braga escapou-lhes ao controle. *João Baptista Vieira Gomes* retratou a grande desgraça, ocorrida pouco antes do Natal de 1846:

> "É verdade que a força da cidade se moveu, distribuindo-se em força pelos arrabaldes ocidentais da cidade e alguma se empregou a entrincheirar os boqueirões das ruas da Cruz de Pedra e Pelames; cujo serviço era feito sem método, ordem e regularidade. (…) E já a força do Casal (general cartista) batia a entrada da cidade por Maximinos. Disputado o ponto e não vencido, dispôs o inimigo estender a força pelos longínquos arrabaldes até ao ponto dos Pelames, onde chegando pela quingosta de Urjais surpreendeu na boca da rua todos os operários entrincheiradores, levando-os a fogo sem escapar um; e pôde o exército acantonar-se todo em o Largo da Conceição. Por este ponto quis romper a rua em força, mas foi-lhe disputada a entrada pelos bem dirigidos tiros de mosquetaria da boca da rua, que em o rompimento fez que alguns atrevidos perecessem e a força retirasse ao canto. Baldada a primeira agressão da rua, reforçou-se a força e pagou o atrevimento, retirando-se. Enquanto se propôs terceira agressão em mais força, demandou o inimigo parte dela para flanquear a cidade pelos prados e enquanto marchou, pagou caro o terceiro impulso e tomou o inimigo o primeiro ponto. Quis a sorte que o inimigo flanqueador marchasse sem oposição e vencesse, disputando alguns pontos como no campo dos Remédios e auxiliando a quarta agressão da rua. Os defensores dela, atendendo à sua retaguarda, puderam escapar e o exército entrou vanglorioso pela Rua dos Pelames às 4 da tarde. Como a força inimiga obrava com ímpeto, também os mortos e feridos foram centos, os quais durante o resto da tarde e pela noite se tratou do curativo de uns e sepultura dos outros. Aqueles dos mortos soldados eram espoliados de todos os distintivos para se confundirem com os paisanos; porém debalde foi escolhido este sistema quando a tropa prescindia de acautelar os cadáveres dos mesmos paisanos e só recolhia os seus; (…) Segundo o exame imparcial se viram faltar no dia seguinte 50 e tantos, que entre os demais mortos e sepultados no cemitério do Hospital em número de 102, se pôde observar a perda dos mortos."

Macdonell acabaria por fugir, estacionando em Amares. A anterior Câmara cartista reiniciou funções e ordenou que "os povos iluminassem as suas moradas por três dias seguintes 26, 27 e 25, o que se ordenou por bando e se dispôs que houvesse um Te Deum na Sé, que no dia 27 oficiou o Arcebispo pontificalmente."

Pouco mais poderiam fazer… As tropas cartistas tinham outras *pacificações* a realizar mais a norte. E sem suporte militar, as autoridades civis cartistas acabaram por colapsar.

> "A força se aprontou no dia 3 (*Janeiro*) de madrugada e partiu para a Ponte de Prado em força, levando no seu centro a família do Barão do Casal; conta-se também João Feio e alguns empregados desta e de Barcelos. Ameaçava a sua volta corajosamente e por isso a lastimosa situação dos habitantes era um tanto triste porque a estação dele em Prado na escolha da retirada para Valença, causou suspeita e receio de retrocesso. Este retrocesso foi indicado por algumas mãos e foi talo alarme que se espalhou na cidade que mal se pode descrever o estado dos habitantes na busca de asilo seguro da sua existência e dos seus meios pelo conhecimento ocular das acções imorais da tropa."

A saída dos militares fora antecedida pela partida dos civis.

> "No dia 3 de manhã todos os cartistas declarados se transportaram em retirada da cidade e outros andam assustados; entre eles se conta o Arcebispo que no dia 2 de manhã deixou o seu ninho."

Ter-se-á dirigido a Joane, remetendo ao Cabido um ofício que se abriu pela tarde, onde declarava que delegava na sua ausência a jurisdição nas mãos do cónego mais antigo do Cabido, até que este se reunisse e determinasse convenientemente. Eis aqui uma coisa que nunca se deve fazer... Que pastor seria este que abandonava as ovelhas quando o lobo se aproximava?

Como já foi dito, as forças populares reagrupavam-se pouco a pouco, e outras transitavam para Amares onde o general Macdonell tinha estabelecido quartel.

Aparentemente seguras, agora que o Casal circulava no Alto Minho, as autoridades municipais miguelistas regressaram e tentaram restabelecer uma incipiente administração. E quem fala de administração fala de dinheiros, isto é, de impostos. E, como em todo o lado, também em Braga ninguém gostava de os pagar, mesmo que fossem os miguelistas a pedi-los.

> "Estabeleceu-se a direcção realista na cidade, marchando as autoridades nos seus deveres. Tem havido alguns donativos e se deram para o Tesoureiro deles, José da Cunha Guedes Pinto e deles se tem despendido com a força aqui estacionada. Por isso, que alguns proprietários se têm recusado a apresentar-se ao empréstimo forçado que se exigiu e deles se consta o visconde de S. Romão, e outros, se julgou conforme aboletarem-lhe para as suas habitações certo número de praças da força que aqui há, para lhe causar estímulo e até furor."

O raciocínio era simples: já que não queres contribuir, vais ter de pagar de outra forma, isto é, vais ter de alimentar e alojar soldados miguelistas. No caso do visconde de S. Romão foram cinquenta. Em 1 de Fevereiro, o nosso homem não aguentou, sendo-lhe levantada a guarda popular que o S. Romão tinha em casa, porque contribuiu com o empréstimo que lhe era determinado.

Quando a cobrança de impostos se mostrava difícil, havia que procurar o dinheiro onde ele existia, independentemente da localização da fonte:

> "Igualmente se tem o corregedor mostrado diligente em oficiar às Irmandades e Confrarias a pedir fardamentos para o fornecimento de voluntários. Como a desgraça da guerra traga em sua companhia mais males; estes se envolvem com capas de diversas cores, já graves, já imorais. Muitos dos habitantes da cidade se chamam desgraçados, por serem roubados pela tropa, *outros porém se queixam de outros agressores.*"

João Baptista Vieira Gomes estava a referir-se aos ladrões puros e duros. Numa época tão conturbada, tornava-se fácil e inevitável a montagem de esquemas que era imperioso contrariar.

> "Com o 1º de Fevereiro de manhã se gloriou a força armada, que se acha na cidade, de apanhar em flagrante a um grupo de malvados em os prados, com destino de assaltarem a uma casa da Rua da Água, e felizmente foram apanhados munidos de armas assassinadoras e acorbertados com os distintivos da força popular que rusticamente é umas fitinhas vermelhas e assim foram levados à cadeia, sendo um deles um quidam eclesiástico apelidado Abade no concelho do Lanhoso, o qual além de ser padre foi encontrado com os mesmos sinais e além disto com banda à cinta e espada, declarando-se comandante de uma tal força."

Reparemos no método utilizado. Uma movimentação mais desimpedida era facilitada pelo uso de um símbolo por todos reconhecido e aceite: as *fitinhas vermelhas.*

O tempo exigia acordos e é deles que se começa a falar.

> "O general Garcia e o conde de Almeida têm transitado por esta cidade para Guimarães e desta para outros pontos, divulgando a notícia da convenção feita entre os partidos realista e setembrista, dando-se as mãos, para debelar o partido cartista, debaixo da bandeira de el-rei D. Miguel."

O Dr. Chasco e os militares miguelistas confundiram os desejos com a realidade. A anunciada coligação dos setembristas e realistas, nunca foi dirigida por estes últimos. *A actuação de ambos nunca passou de um conjunto de acções concertadas*. Aliás, os miguelistas entrariam em queda depois da morte de Macdonell, acontecida em circunstâncias de suposta traição. E Braga iria assistir a mais uma mudança de autoridades. Os absolutistas cederiam a primazia aos setembristas.

> "Girava a nova de se dirigir para a cidade uma força de tropa setembrista do Porto. Não causou um alarme descarado, mas algum tanto assustador pela retirada que manifestara a força de Francisco de Abreu (*miguelista*) que então guarnecia a cidade." (…)"Toda a cidade gemia com a notícia da morte de Macdonell em Vila Pouca d' Aguiar em o encontro com as forças do Barão de Vinhais (*foi em 20 de Janeiro*); e com a perda do promovedor do sistema realista e algum retrocesso no seu progresso."

E deu-se finalmente a substituição das autoridades, ao abrigo do acordo amigável entre estes dois aliados de circunstância:

> "O sobressalto continuou e pelas 11 horas foi evidente a determinação da entrada de uma brigada comandada pelo barão de Almargem (*setembrista*) sem o menor sinal de hostilidades porquanto nestes tempos se organizava a força armada. Com efeito achava-se a força na cidade e fizeram a sua retirada o comandante Abreu (*miguelista*) e a força e todos os donativos que estavam em depósito na Tesouraria. - (*Isto do dinheirinho tem muito que se lhe diga. Não podia ser deixado na mão dos rivais, por mais amigos que agora eles parecessem…*). (…) "Observou-se toda a harmonia e familiar conduta." (…) "Estabeleceram-se piquetes para as imediações da cidade; organizaram-se as autoridades do governo civil e concelho, porque tinham acompanhado a força, e tudo se pôs em andamento. (*Gaspar Pereira de Vilhena Coutinho seria o presidente da Comissão Municipal nomeada pelo Governador Civil setembrista*.) Havendo de sentir-se algum medo, era do norte da cidade que assomaria o inimigo, qual o desumano Casal e sua ralé que se achava em Viana."

A chegada dos setembristas determinou o inevitável. Passaram a pontificar os problemas ligados à administração civil e militar, as ques-

tões dos impostos e o descontentamento a eles ligado. Mas havia também algum alívio, apesar de tudo. *João Baptista Vieira Gomes, no Volume 7* do seu manuscrito, dá-nos conta desse alívio:

> "Tem permanecido a força pesando sobre os moradores da cidade que gemem *pacíficos* por se desviarem do raio demolidor do Casal, que ainda longe, em Viana, está aterrando os ânimos."

O Casal permanecia a fonte do terror, sendo ele quem definia os grandes medos e as grandes esperanças.

> "O dia 26 de Fevereiro foi aterrador na cidade por se anunciar de madrugada a marcha da Divisão em consequência da aproximação da força do Casal a Barcelos e com efeito se mobilizou de manhã, porém teve de tomar quartéis por nova ordem de sustação." (…) "Repetiu-se a marcha e sustou-se por mais vezes, até que estava em armas a força até às 3 horas da tarde. Nesta alternativa alguns corpos tinham no campo armas em sarilho e no tumulto foi encontrado um homem sem rebuço, andar a contar os sarilhos e mencionar o número em papel, cujo objecto sendo observado foi apreendido e seria momentaneamente morto se não fosse descontada a tontice do relator desacordado, e foi preso." – (*Memórias de Braga, Volume 7*)

A necessidade de controlar os adversários não poupou o Dr. Vieira, cartista, antigo e futuro presidente da Câmara, personagem importante, lembrada várias vezes na história de Braga, nunca pelas melhores razões.

> "Por esta mesma ocasião se prendeu o Dr. Vieira e família e alguns amigos, como um seu fiel e familiar chamado Russo, o Macedo e João Rato; todos por aliciadores de tropa para o Casal." (…) "A este tempo quer verificar o general o laço e manda a um soldado da sua confiança rebuçado com carácter de rebelde apresentar-se ao Dr. Vieira a pedir conselho para se evadir para o Casal; foi de pronto estimado e de colóquio em colóquio o brindou com 9.600 reis e lhe insinuou por onde se dirigisse. Deste engodo se propõe o soldado à retirada e com este auto do corpo de delito volta ao general e desenvolvendo o crime o prova com o prémio e promessa de mais e a quantos quisessem. Imediatamente se aprontou escolta forte, é cercada a morada do Vieira e apreendida a família e recolhida ao Aljube." (*Dr. Chasco, obra citada, Volume 7*)

De todos os problemas que o tempo impunha resolver, o mais importante era a questão do dinheiro. Só ele permitiria solucionar cada

um dos outros. Só que não era nada fácil encontrá-lo… Vejamos o que nos diz o Dr. Chasco sobre o mês de Fevereiro e seguintes:

> "Por mais diligências que se façam sobre a arrecadação das Décimas, não tem sido possível liquidar-se dinheiro para pagamento da tropa; e por isso trata-se de empolgar a unha em o dinheiro que está em arca no Cofre dos Órfãos, cujo depositário é José Boaventura da Silva Pinto. Este acto violento se encara universalmente odioso." *Nem os órfãos escapavam…* "Todas as autoridades se têm esmerado em promover a arrecadação de todos os réditos, que se pode chamar da Fazenda Pública."

Como dizia o Dr. Chasco, o retrato da desgraça estava desenhado em todas as classes do tempo presente.

Só havia um caminho a seguir e este já se mostrara outrora perigoso, e ainda por cima tratava-se de um *outrora* muito recente…

Diz-nos o *Dr. Chasco no seu Volume 7*:

> "Em o dia 20 (*de Abril*) se publicou um bando, anunciando-se as taxas que cada vendedor, sem distinção de géneros, deve pagar; sendo a máxima 2.400 reis e a mínima de 20 a 800. Este objecto causou imediatamente um choque perturbador pelas consequências e preconiza-se algum desenlace." (…) "De facto ocorreu o dia 22 e em o mercado não apareceu vendedor algum do género pão, ocasionando-se por isso uma escassez total. É verdade que a necessidade de vender moveu a alguns a praticar o seu negócio em algum lugar, que não fosse o Campo; porém esta ideia, suposto favorável às necessidades do povo, contudo alguns outros vendedores ciosos se armaram e tentaram perturbar sempre o expediente, declarando-se a falta de todos os géneros de primeira necessidade. Este incómodo alertou o Administrador e se pôs em cautela, desvelando-se alguns adidos a conter os grupos do povo que se apinhava junto do paço a requerer contra ordem, sem que deixassem de escutar os amigáveis e pacificadores conselhos que outros lhes propunham: serenou-se algum tanto a comoção, prometendo-se providências. " (…) "Chegou o motim popular a tanto que quiseram forçar a porta da Sé para tocar a rebate, depois de tentarem a porta do Paço para requererem providências. Por um e outro motivo se viu publicado um bando em que se anunciava a licença de poderem vender géneros no mercado, independentemente das licenças, enquanto se propõe à Junta o remédio. Serenou imediatamente a comoção popular e afluíram ao Campo todos os géneros e acompanhou juntamente a voz de demissão do Administrador."

Os aspectos militares pareciam estar a resolver-se da melhor forma. Pelo menos não se agravavam e a esperança mantinha-se. Mas

as grandes decisões aproximavam-se. Parte da tropa setembrista dirigiu-se para o Porto e outra para Guimarães. *João Baptista Vieira Gomes* interpreta estes movimentos à sua maneira:

> "Dizem uns que tais movimentos são prelúdios para agredir o inimigo, como em o norte às forças do Casal estacionadas em Viana e para o nascente em oposição a algum avanço do Vinhais. *Porém ambos previnem os movimentos revoltosos do povo que em os pontos dos Arcos e Lanhoso e suas vizinhanças tem proclamado directamente a D. Miguel I, acto declarado que os setembristas não levam a bem*."

Uma notícia começou a animar os cartistas. Dava-se como certa a intervenção estrangeira da Inglaterra e da Espanha a favor da Rainha. Dizia-se que eram 4.000 homens prontos a desembarcar em Lisboa. A Quádrupla Aliança movia-se. Era uma questão de tempo, pensavam. Entretanto, os velhos problemas mantinham-se.

> "Porque as autoridades de Lanhoso não pudessem obrar como queriam para satisfazer os seus deveres constitucionais, e tinham como barreira os povos bafejados com a energia do padre João do Cano e Casimiro, diligenciavam escudar-se sempre que podiam com aquela (com *a força militar*…), pediam e por isso ou de Guimarães ou desta cidade os protegiam."

A tropa do batalhão de voluntários setembristas de Fafe envolveu-se no dia 26 em fogo, nos confins da freguesia de Rio Caldo.

> Teve "de pagar com o atrevimento deixando mortos, feridos e 30 prisioneiros, e deixaram os lugares que penetraram fugindo para Guimarães e aquelas das autoridades que puderam escapar se recolheram à cidade."

A esperança dos setembristas era a última a morrer…

> "O dia 28 de Abril entre os setembristas foi reconhecido alegre e festivo logo de manhã; e manifestado por alguns tiros de foguetes ao ar; e porque a demonstração se vulgarizasse, afixou-se um suplemento por onde se declarava que um vaso de guerra que engrossava o bloqueio do Douro se entregara com a tripulação à Junta do Porto (*setembrista*) e por este significado se conjecturava a esperança de vitórias posteriores (…), mas o povo conservou o indiferentismo."
>
> "Por notícias de Viana se pôde saber que o bombardeamento para o castelo tivera princípio no dia 16 de Maio e que no dia 17 se concluíra o desmoronamento de algumas guaritas e o relógio de sol, pelas bombas

> dirigidas do alto de Santa Luzia. Também consta que a força que no dia 18 tinha saído daqui para Guimarães retrocedera daquela vila, com algum pão em espécie para esta; e que a força de setembristas de Fafe tinha tomado o destino de Vieira; porém, que encontrando as forças do padre Casimiro se saudaram briosamente e que por ser aquele horizonte montanhoso, se achavam as forças estranhas cercadas pelos naturais e em perigo." (…) "Como a comoção popular do Minho tivesse por símbolo eléctrico a Maria da Fonte e a esta se dedicasse um hino, era este cantado em geral por todos os cidadãos e aldeões; porém o abuso conduziu a cantar-se por muitos uma ou outras cantigas insultantes, ora contra o Saldanha ora contra a Rainha, (…) generalizando-se de sorte que nem o público nem as autoridades estranhavam. É porém estranho o procedimento do Governador Civil que o fim de Maio editalmente fez constar a proibição de semelhantes cantorias e de mistura outra ordem policial para que elas não referissem notícias algumas aterradoras, cujos documentos foram semeados pelas aldeias, mas na noite próxima à afixação foram cobertos de imundície."

O avanço das tropas espanholas recentemente entradas no país era inexorável, embora o Dr. Chasco ainda mantivesse a esperança.

> "Conta-se que os povos limítrofes de Ponte do Lima se têm alarmado em oposição ao progresso da marcha das tropas espanholas; e ao som dos sinos a rebate tudo se move em as freguesias circunvizinhas às estradas." (*Volume 7*)

E finalmente começaram a tornar-se audíveis os sinais do fim próximo:

> "Nesta balbuciação teve lugar na cidade, em o dia 23 de Junho pela manhã, o susto da aproximação das forças inimigas." (…) "Recolheram-se os povos à sua consideração e nem por isso a celebração da festividade de S. João Baptista que nesta cidade se realiza com uma procissão da imagem do santo, acompanhada com o toque e dança do rei David, os distraiu das vistas e penalidades de uma guerra que está iminente. Outro tanto acompanhou a força aqui estacionada, que apesar de terem participado de um solo hospedeiro, esteve toda a noite e dia com a significação de marcha, em armas e à força." (…) "Porque a força que apoiava as autoridades se retirasse e as mesmas se não julguem ainda seguras, julgou-se providente que a polícia fizesse rondas nocturnas: e que os empregados fizessem corpo de guarda principal debaixo dos alpendres; o que gostosamente se cumpriu exercitando-se em manejo de cacetes. Eles alongam as suas diligências mais para o nascente do que para outro qualquer ponto: temem algum assalto da Maria da Fonte e por ele consta que no alto do rochedo do Bom Jesus se tem reunido a patuleia."

Uma semana depois os cartistas lá apareceram:

> "Em 30 de Junho (…) foi notório por foguetes que se achava concluída a convenção e as forças exteriores faziam a sua entrada no Porto. Este seco anúncio foi seguido de outros poucos foguetes, dados à afixação de um boletim; que em pequeno espaço e poucas palavras dizia o mesmo. Não causou admiração tal estrondo e tal notícia." (…) "Entrou o mês de Julho em o dia quinta-feira e a folhinha política que regulou foi algumas praças dos corpos populares que se achavam no Porto fazerem-se aparecidos na cidade e referirem os termos da convenção. (…) No dia 1 de Julho foi para esta cidade um dia gostoso por ver nele os seus naturais sãos e salvos dos trabalhos bélicos, ainda que tristes pelo desfecho que teve a luta em que se achavam empenhados. A relação circunstanciada que produzem motiva honra, porque apontando-lhe a sorte a vitória, esta lhe foi roubada por uma convenção feita entre a Junta e o General Concha que lhe garantia a execução dos quatro artigos admitidos pelo governo de Lisboa; e por este motivo cessou a Junta de obrar, bem como a força; têm voltado aos seus lares todos aqueles heróis, e bem o mostram porque a tristeza não os acompanha, mas sim o brio e a honra; porque a sua luta era contra o governo que havia no seu reino e não era contra as nações que se achavam em acto, auxiliadoras do fraco governo de Lisboa que conhecendo a sua imbecilidade ao convidou com frívolos pretextos." (…) "Com este descarte e a tais observações marcha tudo placidamente e com vistas melancólicas. Os empregados têm querido apossar-se dos seus empregos, porém, como todos têm sido postos para despacho da Rainha, ventilam todos e disputam a preferência." (*João Baptista Vieira Gomes, Volume 7*)

Mas a pacificação ainda não estava concluída. Seriam necessários ainda mais quatro anos para que as condições para a sua concretização se preenchessem.

ENTRE A PATULEIA E A REGENERAÇÃO

Quase resolvido o problema da violência militar, os bracarenses puderam finalmente começar a pensar naquilo para que tinham apetência: a feitura de obras, especialmente das que permitissem a criação de uma imagem de progresso e escondessem o conservadorismo envergonhado dominante. Mas não se pense que o processo foi linear. Tratou-se de um percurso longo, dividido em fases, com avanços e recuos repetidos. Para pôr em prática aquele objectivo, houve que criar as receitas indispensáveis, foi necessário alterar mentalidades e harmonizar raciocínios. Era indispensável um banho de civilização para



A Torre de Menagem com o espaço envolvente, segundo imagem de azulejo existente na escadaria principal da Câmara Municipal. Era aqui que funcionava a cadeia

que tudo avançasse. E tantas mudanças só seriam possíveis com modificações à escala do país.

O início da nova época faz-nos lembrar tempos muito mais recentes, compatíveis com o conteúdo de uma revista cor-de-rosa do século XXI. *João Baptista Vieira Gomes*, obra citada, diz-nos:

> "Em o mesmo dia (*8 de Julho 1847*) se organizou um comboio de pessoas particulares, a maior parte da Rua do Souto, amigos, parentes e contra-parentes do S. Romão e companhia que gostosamente se convidaram e foram em súcia ver entrar o Saldanha no Porto e prometem acompanhá-lo até esta cidade regozijando-se de entrar no gostoso enlace que

ele trata com a família de Gonçalo Pereira, acto que um e outro prometem concluir brevemente; aquele por interesse de dinheiro, este por bazófia e grandeza constitucional."

A que aludirá o cronista, quando se refere ao "gostoso enlace" entre as famílias do Duque de Saldanha e de Gonçalo Pereira, visconde de Bertiandos e proprietário da casa dos Biscainhos? Seria um projecto de casamento? Ignorámo-lo. O que é certo é que a vinda de Saldanha a Braga começou a ser preparada:

"A diligência festival da recepção do Saldanha nesta cidade está em acção: umas ideias aplicam-se em formar arcos na Cruz de Pedra; outras em adereçar a porta da casa dos Biscainhos. Tanto um como o outro lugares de pronto se viram asseados com arcos de perspectiva, singularmente condecorados a galão e folhas de louro sobre paninho ou algodão; ainda que excedia no belo um baldaquim à porta dos Biscainhos, todo em branco repartido com galões amarelos, e alguma folhagem de louro; que ao primeiro golpe de vista representava uma festa de Santo António; distinguindo-se de um tal efeito por ser feita no meio da rua e perceberem-se alguns emblemas simbólicos, que sendo próprios dos santos em razão das virtudes e vitórias conseguidas em defesa da religião."

Mas Saldanha trocou as voltas aos admiradores. Decidiu ir primeiro a Guimarães e só dali rumou a Braga.

"Se activou a diligência em trasladar os objectos para a Rua da Água; o que foi fácil por ser também fácil a mudança e se colocaram os dois arcos naquela rua e se empenharam os directores em sequestrar todas as flores que houvesse para lhe embelezar em o ar caminhado. Todas as ruas que tinham de ser transitadas foram aformoseadas com bandeiras e portos de mar e embarcações, cujos adornos serviram de mestre-de-cerimónias. (…) Pela s ruas foi obsequiado com flores e de algumas casas lhe lançaram coroas de flores tecidas regularmente, e outras de uma cor só."

E lá veio o inevitável Te Deum:

"No dia 16 de manhã continuaram os festejos dos foguetórios e sinos e de tarde se realizou um Te Deum Laudamus na Sé a que concorreu o Saldanha e o seu estado-maior e oficialidade de toda a arma, tanto portuguesa como estrangeira." (…) "No sábado, 17 de madrugada se pôs o Saldanha em marcha devota/hipócrita ao santuário do Bom Jesus acompanhado daqueles que lhe faziam a corte. (…) Não marchou o Saldanha ao Santuário sem que primeiro para o tal lugar fosse mandada uma força de Infantaria 3 que torneando o monte dissipasse alguma emboscada que ali se ocultasse."

Saldanha era um homem em alta… Uma estrela em ascensão… Na fase final dos combates, desempenhara papel importante na contenção das tropas patuleias portuenses, mantendo-as separadas das que operavam no sul. Fora nomeado duque ainda em 1846 e seria mais tarde indicado para primeiro-ministro em Dezembro de 1847, cargo que acumularia com o de ministro do Reino em 1848.

O passo seguinte teve a ver com as mudanças do pessoal administrativo e com a resolução das tricas entre antigos e novos funcionários.

> "Os empregados da Administração andam em azáfama em organização dos seus trabalhos e com zelo se têm proposto a tirar as teias de aranha nos papéis, maculando os pretéritos, de ladrões que lhes levaram réguas, penas e tinteiros e no meio deste exercício já demonstram melhor semblante e tão bom que se julgam no seu placidíssimo por terem o sólio da sua Rainha já desafrontado de inimigos claros: contudo estremecem ao mínimo assopro. A Câmara Municipal não se esqueceu do dia 8 de Julho para solenizar o aniversário do desembarque do exército libertador em Mindelo; e por isso na madrugada ao jantar e à noite do dia se despenderam alguns reais em foguetes para se não perder o costume." – (*Obra citada, volume 7*).

E os quadros dirigentes também entraram na dança. O novo governador civil não gostou do controle que o poder militar local pretendia exercer sobre ele. Descontente, Nicolau de Arrochela Vieira de Almeida Sodré, iria refugiar-se em Guimarães quando o General Vinhais lhe ordenou que devia seguir o partido que era puramente Carta e Rainha e que se tinha tenção de seguir outro plano o prevenia e admoestava. Marques Murta, aquele de cuja casa teria sido disparado o tiro que quase provocara uma tragédia quando da descida do Padre Casimiro à cidade, por ocasião da Maria da Fonte, começou por ser demitido das suas funções de secretário do Governo Civil em Novembro de 47. Mas voltaria a assumir o cargo em Janeiro de 48. E a sua alegria foi tanta, que a resolveu sinalizar com foguetes, coisa inédita, até para uma cidade como Braga. As delícias do poder também fazem perder a noção do ridículo…

Mas o grande problema que afligia o país era a questão financeira. *Oliveira Martins*, no *Portugal Contemporâneo, Volume 2*, retrata-o de forma exemplar:

> "A guerra acabara, não há dúvida, nas faltava ainda liquidar a crise, e como a paz não significava abundância, mas sim a continuação da miséria, continuava a mesma indecisão das medidas, ora dirigidas a manter o crédito das notas, ora a sacrificá-las às necessidades do Tesouro. (…) Três meses bastam, dizemos, para convencer de que o único meio de

> resolver a questão é suprimi-la por meio de bancarrota declarada. (…) A contar de 20 de Dezembro, as notas poderiam entrar por metade nos pagamentos do Tesouro, mas não pelo valor nominal, só pelo valor real, segundo as cotações da Bolsa."

Esta bancarrota teve efeitos sociais terríveis. Ficaram célebres os casos do banditismo de José do Telhado no Douro e de João Brandão nas Beiras, directamente ligados a esta época. Embora não tenha produzido nenhum bandido célebre, Braga assistiu ao aumento da criminalidade, pequena e grande.

Havia roubos que não representavam mais do que a pobreza dominante, como era o caso do desaparecimento da roupa colocada descuidadamente a secar. Existiam também os assassinatos, muitas vezes ligados ao consumo excessivo de álcool, a violação de menores, a sedução de mulheres no confessionário, os desvios de dinheiro nas repartições públicas, o roubo engenhoso, a moeda falsa e até o roubo de Igrejas. E nem sempre ao crime correspondia um castigo. Tal foi o caso do tesoureiro Maia. Disse-nos o nosso cronista, o *Dr. Chasco*:

> "É significativa a falta de harmonia entre os empregados do Governo Civil; e principalmente no Tesouro; porquanto foi suspenso o recebedor Maia e instado a dar contas e se lhe acumula alcance. Este alcance foi reconhecido por um quidam de Lisboa que tendo vindo para um tal fim, e ele Tesoureiro presente, lhe foi achado o alcance de 1.800$000 de deficit: em consequência do que foi suspenso por 20 dias e dentro deles repor ao cofre a quantia referida. O tal Maia retirou-se a Lisboa a dar conta da sua pessoa aos seus padrinhos, para melhorar da vergonha."

E continuou:

> "Já o Periódico dos Pobres no Porto do dia 21 de Novembro nega o deficit do Tesouro de Braga, ocasionado pelo Recebedor Maia. (…) Diz que as culpas acusadas ao Maia eram faltas de declarações e por conseguinte já se agoira que ele voltaria para concluir e purificar os livros, como de facto no dia 28 foi visto (…) cercado de livros, a uns fechando-lhes termos, a outros abrindo termos e finalmente em outros assinando termos."

A ligação entre o clero e as violações era frequente:

> "Acusaram ao Abade de S. Romão do Vale /Bigodes/ de desfloração", sendo-lhe aplicada " sentença de degredo, cuja pena se fez pública em os dias deste ano e como seja desdouro ao decantado Abade, trata o mesmo de remir a pena."

Foi afectado do mesmo crime um eclesiástico, vigário da Morreira,

> "…acusado por um seu freguês, da condição de jornaleiro por ser escanhotador, por lhe molestar sua filha e a desflorar; de que se deram 45 testemunhas. (…) E como o facto seja ofensivo ao estado eclesiástico, trata o vigário de corromper o processo. Estes párocos campeiam de heróis do tempo."

Também havia assaltos a residências.

> "O que mais penaliza aos habitantes da cidade é a cáfila de ladrões que infeccionam já o solo bracarense sem receio de serem vistos de algumas das patrulhas militares ou policiais. (…) Pela segunda vez foi assaltado na noite de 11 de Janeiro (*1850*) a casa do Delegado Pinto no lugar do Areal e acometido com um grande estrondo de arrombamento de portas, confundido com tiros de mosquetaria, porém o latido dos cães em aquele lugar aldeão despeitando os povos contíguos pôde serenar e sossegar a acção, de sorte que desistiu da acção a cáfila malfeitora, e no dia seguinte desalojou a família para a cidade."

Ainda em 1850…

> "Descobriu-se em casa de Lourenço de Magalhães um homem escondido debaixo de uma cama no interior da casa e por diligências cautelosas foi apanhado, preso, e por interrogações particulares se pôde saber o auxílio de um criado da casa."

Um dos roubos mais curiosos e *asseados*, por demonstrar grande preparação e sangue frio, ocorreu no ano de 1848. Vejamos novamente as *Memórias de Braga*:

> "Anda o S. Romão bracarense azul, pelo roubo asseado que lhe fizeram. Tinha o S. Romão de remeter para Lisboa a quantia de 3.800.000 reis e tantos mil reis produto da Administração do tabaco, e como era conveniente uma letra lhe apareceu em casa um homem com uma letra do S. Romão de Lisboa para receber dele a quantia supra; porém desconhecida a pessoa se lhe pediu algum abono para acompanhar a legitimidade da letra que o acompanhava. Não ofereceu o homem abonador na cidade por ser desconhecido; porém ofereceu-o no Porto e em abundância e se tratou de concluir a abonação tomando um e outro o meio mais óbvio: o recebedor marchou ao Porto e o S. Romão abriu correspondência com o seu irmão para reconhecimento do sujeito; porém como ladino, aquele apanhou do correio a carta do S. Romão e imediatamente forjou a resposta para Braga, abonando ao homem ladrão; e no mesmo correio enviou outra carta de outro negociante abonando igualmente outra identidade do que se queria; de sorte que as circunstâncias estavam todas aplanadas e dispostas. Com este enredo se apresentou o embusteiro ao S. Romão e para o

> devido pagamento foi o S. Romão ao cofre do Paço e contaram os pedidos 3.800$000 francamente, para cuja conduta estava já um galego pronto que o conduziu na direcção da Cruz de Pedra, e em uma casa onde estavam aquarteladas as cavalgaduras e mais comboio. Por este modo se ficou desafrontado o S. Romão do cuidado do dinheiro." (…) "No correio imediato encontra o S. Romão uma carta de Lisboa com letra para dispor do dinheiro. Eis o S. Romão azul e em ânsias pelo acontecimento pretérito."

A descrição termina com uma ida a Penafiel para onde o S. Romão mandou cavalaria e alguns amigos e por informação chegada no dia 3 de Maio se soube que foi encontrado o roubo com diferença de pouco.

Os crimes de moeda falsa eram isso mesmo, casos de *moeda* contrafeita. Não nos podemos esquecer que o numerário em papel estava completamente desacreditado e que nenhum falsário se dedicaria a produzir uma mercadoria que dificilmente conseguiria despachar. O *Dr. Chasco* conta-nos:

> "Descobriu-se em Braga a tinha de fazer dinheiro falso, e por seu cunho se tem empregado o Juiz de Direito Pignateli com diligência no escrupuloso exame dos autores de tal artigo. O cheiro tem guiado ao lugar da fábrica (…) porém como o laboratório era oculto, demanda o negócio algum tempo para a conclusão. Tem-se achado alguns indícios em a fábrica de fundição de sinos de Manuel José da Silva da Rua d' Água, porém não são enérgicos, mas dirigem ao último estado; a diligência tem sido escrupulosa desde o dia domingo 12 e seguintes, com tanta assiduidade que se tem desfigurado alguns objectos remotos e próximos à fundição do artigo, bem como metais convincentes de semelhante laboratório. Foi apreendido um irmão alcunhado cúmplice em flagrante e se diligencia pelos mais agentes, pois da apreensão da correspondência se têm obtido algumas declarações, passagens e remessa de numerário em porções avultadas para diferentes partes e diferentes indivíduos." (…) "O nó górdio que encontrou (*o juiz…*) para material suspeito e próximo foi o exame em a casa de Manuel José da Silva, sineiro da Rua da Água, alcunhado por denúncia da factura de dinheiro falso, e com bastantes indícios da arte acusado; porém, sem prova plena. Acabou o irmão Manuel Júnior preso e em segredo por ser alcunhado de passador de moeda viciada. Achou diferentes trastes inculcadores do crime."

Numa cidade fortemente religiosa e temente a Deus, nem as Igrejas estavam ao abrigo da cobiça dos ladrões:

> "O roubo feito na Igreja do Pópulo (*em 25 de Agosto de 1847*) tem dado que cuidar às autoridades administrativas pela indagação e acareação das testemunhas." (…) "Sendo pelo auto a achada do rompimento e

> arrombamento da porta mística entre o quartel e a Igreja; único vestígio do roubo, material suficiente para apontar como ladrões os soldados do mesmo quartel (…) e por isso a diligência de lavar o corpo militar da vergonha é significada e em extremo grande. Está o público em expectação do fim do problema."

As Memórias de Braga contam como é que se deslindou o crime. Um soldado vendeu parte do roubo a um ourives, cortado em pedaços com a forma de dragonas. A compra e a venda realizaram-se sem cuidados.

> "Porém, o vendedor com a ganância descuidou-se de um certo embrulho que em casa do ourives ficou de lado em o sítio da venda e se retirou. Como o ourives recolhesse o comprado, resultou igualmente aquele embrulho pequeno que não tinha entrado em compra; porém por não observado se propôs a ver, quando encontra uma chave de prata, que não menos era de um sacrário e em companhia uma outra peça pequena induziu manifesto de objectos roubados em Igreja."

Saldanha e os irmãos Cabral, José e António, tinham um projecto comum – a pacificação do país. Apenas divergiam na forma de o atingir. Enquanto Saldanha estava disponível para conquistar apoios através de cedências, os irmãos Cabral propunham uma solução mais dura – a repressão. Só que, depois da guerra civil, a aparente unanimidade entre os dois irmãos mostrou que era isso mesmo, *aparente*. O irmão José tinha as suas próprias ambições e foram elas que determinaram a mudança. Pretendia o papel político dominante até aí desempenhado pelo mano António, o conde de Tomar. Utilizou a ausência do conde, tornado embaixador em Madrid no início da guerra. Procurou controlar o partido cartista, tanto quanto lhe foi possível. Quer isto dizer que nesta fase, cada um dos nossos protagonistas estava por sua conta e risco. O Conde de Tomar perdera grande parte da sua influência no partido e no exército. O seu irmão José tinha o partido, peça muito importante no fabrico das maiorias parlamentares. Mas não dispunha de força militar. Quanto a Saldanha tinha tudo e não tinha nada. Os povos do norte, influenciados pelo miguelismo, continuavam a resistir. Era primeiro-ministro, mas não conseguia impor a sua autoridade. Em Outubro de 1848 ainda havia boatos de comoção popular nos sítios habituais, que obrigavam à saída de piquetes, como aconteceu no dia 15 para Vieira do Minho. O banditismo imperava. As deserções repetiam-se. A resistência ao pagamento de impostos multiplicava-se. O crédito externo desaparecera. Saldanha e o

conde de Tomar precisavam um do outro. O primeiro queria o apoio político que ainda restava ao segundo. Este via no marechal duque uma porta aberta para a influência militar perdida. E, sobretudo, ambos ganhavam tempo. Podiam esperar mais calmamente a primeira oportunidade para eliminar o adversário.

Na viragem da primeira para a segunda metade do século XIX, diminuem muito as fontes ao dispor de quem pretenda desenhar uma imagem da cidade. Entre o falecimento do Dr. Chasco em 1850 e o nascimento de uma imprensa periódica regular em 1853, são três anos e meio mais vazios, onde pouco ou nada está disponível para lá dos materiais proporcionados pelo Arquivo Municipal. E quer as actas das reuniões camarárias, quer os registos de correspondência recebida e expedida têm o mesmo problema: ignoram o lado mais pessoal e cultural da vida. Mas se as coisas são mais difíceis, isso não significa que sejam impossíveis…

O fim da Patuleia determinou mudanças nas opções camarárias. A melhoria das comunicações passou a estar na primeira linha, prenunciando o que aconteceria durante a Regeneração. O ano de 1848 foi fértil em consertos de ruas e estradas. Em 18 de Agosto, o leilão em praça da obra na calçada de Palmeira impôs um custo de 680 reis a braça. A do Barreiro ficou em 660. Em 1 de Setembro, foi a vez da calçada da Cruz de Pedra, orçada em 650 reis a braça. No final desse mês realizou-se a arrematação dos consertos nas Ruas dos Biscainhos e do Souto. Em Dezembro foi a vez da calçada da Rua da Boavista. Mas era tudo ainda muito incipiente. Demoraria algum tempo até que o embelezamento do casco urbano fosse colocado como prioridade e que se concretizasse. Mas já havia alguns sinais do que estava para vir. Em 22 de Dezembro de 1848 foi presente o orçamento da mudança do chafariz do Campo da Vinha, com custos que não chegavam a 200 mil reis, quantia muito inferior à que estava orçada no orçamento geral do município. E ainda havia o oferecimento do Regimento de Infantaria nº 8, emprestando as praças precisas para a faxina. Face a isto, propôs o presidente que esta obra fosse a *primeira* de que a Câmara agora se deveria ocupar. – (*Livro de Actas da Câmara de 1847-49*)

Mas os objectivos eram muito mais grandiosos e só a falta de recursos impedia para já a sua concretização. Apresentou-os o presidente na mesma reunião que decidiu a transferência do chafariz do Campo da Vinha.

> "Propôs o Presidente que não tendo este município meios suficientes para fazer as obras indispensáveis na cidade e caminhos vicinais, não se atrevendo por isso a propor a factura de um Passeio Público ou Jardim no Campo Novo pelas rendas municipais, com o fim de melhor embelezar esta cidade e tornar maior o seu nome; julga por isso necessário recorrer a uma subscrição pelos habitantes do município a fim de que estes, por meio de donativos voluntários façam levar a efeito no ano seguinte a projectada obra: a Câmara aprovou unanimemente que se escrevessem cartas de convite a cada um dos cidadãos proprietários e ele presidente disse que subscrevia já com 9.600 e o fiscal em seguida com 2.400 reis e em seguida o membro António Manuel de Miranda, com 2.400." (*idem*)

São desconhecidos os resultados desta subscrição. Não se sabe mesmo se ela principiou. Uma coisa é indesmentível. Tudo demonstra ainda um enorme grau de ingenuidade e de desconhecimento sobre o funcionamento de uma economia capitalista emergente. Mas a ideia de aformosear o Campo Novo não se perdeu. Logo em 17 de Janeiro de 1849 foi nomeada uma comissão composta de alguns membros da Câmara para promover a feitura de um Jardim ou Passeio Público naquele espaço.

A grande proposta de alteração do rosto da cidade aconteceria em *Junho* desse ano: no dia 10 desse mês, o *Livro de Actas de 1847--49* informa-nos:

> "Disse o Sr. Presidente, que sendo geralmente reconhecidas as vantagens que resultavam a esta cidade pelo rompimento da Rua do Souto em linha recta ao campo de Sant'Ana, por muitos motivos e o principal ser o seguimento da primeira estrada – a do Porto – além do aformoseamento, mas conhecendo que tal obra não pode ser levada a efeito sem meios extraordinários, propunha que se convocasse para o dia dezasseis do corrente os cidadãos mais probos e conspícuos do município para serem propostos os meios mais suaves e indispensáveis para a referida obra, apresentando-se por essa ocasião o projecto com todos os esclarecimentos precisos."

Uma semana depois, no dia 16, o projecto torna-se mais esclarecido e esclarecedor:

> "Estando presentes alguns dos cidadãos que haviam sido convocados para o dia de hoje em conformidade do deliberado por esta câmara na sessão antecedente, a fim se levar a efeito o projecto de rompimento da Rua do Souto em linha recta ao Campo de Sant'Ana, o Sr. Presidente depois de uma breve exposição sobre este objecto leu o ofício do teor seguinte: "Ilustríssimo Senhor: acuso a recepção do ofício de Vossa senhoria de 13 do corrente e sobre o objecto que o mesmo trata tenho a informar V.

> Senhoria o seguinte: 1º – Que para ser levada a efeito a obra projectada na Rua do Souto desta cidade é necessário expropriar parte do terreno ocupado pelas casas de João Evangelista de Sousa Torres e Almeida, todo o terreno ocupado pelas propriedades que fazem frente para o Largo do Castelo até, inclusive, até à propriedade pertencente a José Maria Duarte que tem frente para a Sua de S. Marcos, da qual só é necessário expropriar parte do terreno; com o auxílio do esboço junto se conhecerá melhor a parte do terreno que há a expropriar. 2º – O valor que pode ter tais expropriações deve ser calculado proximamente na quantia de 12 contos de reis, entendendo-se que feitas estas expropriações, os materiais resultantes das demolições das propriedades ali existentes têm o valor necessário para cobrir as despesas que se devem fazer para levar a efeito o rompimento da rua."

E na continuação, foi dito na reunião que se fosse adoptada uma solução mais barata com uma "diferença pequena", tal seria de *rejeitar*. A ideia dominante na edilidade parecia ser a de fazer algo em grande, qualquer coisa que desse brado, que colocasse os vereadores num patamar etéreo, sublime. Mais vale não se empreenderem as obras, dizia o arquitecto Miguel Baptista Maciel no seu parecer.

> "Depois da leitura, mostrando todas as vantagens que resultavam desta obra, *tão óbvia que desnecessário era enumerá-las*, disse que não tendo, porém, a Câmara os meios necessários para conseguir o resultado deste projecto, só um empréstimo garantido por um tributo que amortizasse seu capital e juros no menor espaço de tempo combinado com os menos demorosos para os administrados do concelho, era o meio infalível de dar resultado a esta empresa, convidando para isso os cidadãos presentes a expenderem suas opiniões, declarando se contribuiriam para o referido empréstimo. Todos, unanimemente, declararam contribuir quanto as suas circunstâncias o permitissem, para o empréstimo que esta Câmara projecta fazer para levar a efeito a referida obra, oferecendo desde já – para ela – o Sr. Luís José de Matos, a quantia de 3 contos de reis; combinando todos que o meio mais suave para a amortização do capital havido por empréstimo e seus foros, era o tributo de dois reis em cada arrátel de carnes frescas que se consumissem no Concelho, o qual deverá durar até finalmente embolso. A Câmara aceitando estes generosos oferecimentos e ouvindo a proposta dos meios de amortização, deliberou que fossem propostos e discutidos com o Conselho Municipal no dia 18 do corrente em que o mesmo tem de reunir-se; coligindo-se todos os documentos indispensáveis que devem acompanhar o requerimento ao governo pedindo a autorização para o empréstimo." (*Livro de Actas, de 1847-49*)

Há dois aspectos a salientar na informação que esta acta nos dá. Por um lado o presidente diz-nos que as vantagens da obra são

tão óbvias que nem é preciso enumerá-las. Quer isto dizer que ele próprio se limitava ao único argumento que conseguia formular, a questão do *aformoseamento*... Por outro, a obtenção da receita necessária já não ficava prisioneira de nenhum voluntarismo ingénuo e passava a depender de um empréstimo, isto é, tornava-se um investimento, um negócio gerador de lucro, típico de uma sociedade capitalista.

Este projecto seria adiado dois dias depois, numa reunião do Conselho Municipal:

> "Depois de uma breve exposição em que expendeu as ideias emitidas por esta Câmara nas sessões de 10 e 16 do corrente, fez presente ao Conselho Municipal em toda a sua plenitude, o projecto, risco e mais que se levou a efeito, do rompimento da Rua do Souto em linha recta ao Campo de Sant'Ána, e havendo diversas opiniões - na discussão, pela incompatibilidade de tempo para o lançamento do tributo e outras, propôs-se por parte de alguns senhores presentes o adiamento para futuro da efectividade deste projecto." (*Livro de Actas de 1847-49*)

Seria preciso esperar pelo ano de 1852, durante a vereação do Barão de S. Martinho, para que a obra fosse finalmente concretizada. A Porta do Souto aguentara-se. Mas não seria por muito mais tempo...